



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XX — N.º 87

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 1965

ATA DA 122ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE DEZEMBRO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E CATTETE PINHEIRO

As 10 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.  
José Guimard.  
Oscar Passos.  
Vivaldo Lima.  
Edmundo Levi.  
Arthur Virgílio.  
Zacharias de Assumpção.  
Cattete Pinheiro.  
Moura Palha.  
Eugênio Barros.  
Sebastião Archer.  
Victorino Freire.  
Joaquim Parente.  
José Cândido.  
Sigefredo Pacheco.  
Menezes Pimentel.  
Wilson Gonçalves.  
Dix-Huit Rosado.  
Dinarte Mariz.  
Ruy Carneiro.  
Argemiro de Figueiredo.  
Barros Carvalho.  
Pessoa de Queiroz.  
Silvestre Péricles.  
Rui Palmeira.  
Arnon de Melo.  
Heribaldo Vieira.  
Júlio Leite.  
José Leite.  
Josaphat Marinho.  
Eurico Rezende.  
Raul Giuberti.  
Aurélio Vianna.  
Milton Campos.  
Benedicto Valladares.  
Nogueira da Gama.  
Lino de Mattos.  
Moura Andrade.  
José Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Filinto Muler.  
Bezerra Neto.  
Nelson Maculan.  
Adolpho Franco.  
Irineu Bornhausen.  
Antônio Carlos.  
Guido Mondin.  
Daniel Krieger.  
Mem de Sá.

E os Senhores Deputados:

Acre:

Altino Machado.  
Armando Leite.  
Geraldo Mesquita.  
Jorge Kalume.  
Mário Maia.  
Rui Lino.  
Wanderley Dantas.

### CONGRESSO NACIONAL

Amazonas:

Abrahão Sabbá.  
Antunes de Oliveira (23-4-66).  
Djalma Passos.  
José Esteves.  
Leopoldo Peres.  
Paulo Coelho.  
Wilson Calmon (3-3-66).

Pará:

Armando Corrêa.  
Burlamaqui de Miranda.  
Carvalho da Silva (4-12-65).  
Epilogo de Campos.  
Gilberto Campelo Azevedo.  
João Menezes.  
Lopo Castro.

Stelio Maroja.

Waldemar Guimarães.

Maranhão:

Alexandre Costa.  
Cid Carvalho.  
Clodomir Millet.  
Eurico Ribeiro.  
Henrique La Rocque.  
Ivar Saldanha.  
Joel Barbosa.  
José Burnett.  
José Sarney.  
Lister Caldas.  
Luiz Coelho.  
Mattos Carvalho.  
Pedro Braga.  
Renato Archer.

Piauí:

Chagas Rodrigues.  
Dyrno Pires.  
Ezequias Costa.  
Gayoso e Almendra.  
Heitor Cavalcanti.  
João Mendes Olímpio.  
Moura Santos.

Ceará:

Alfredo Barreira (18-1-66).  
Alvaro Lins.  
Dager Serra (11-3-66).  
Edilson Melo Távora.  
Esmerino Arruda.  
Euclides Wicar.  
Flávio Marcílio.  
Furtado Leite.  
Leão Sampaio.  
Lourenço Colares (10-12-65).  
Martins Rodrigues.  
Paes de Andrade.  
Paulo Sarasate.  
Ubirajara Ceará (21-4-66).  
Wilson Roriz.

Rio Grande do Norte:

Aluisio Bezerra.  
Aristóteles Fernandes.  
Clovís Motta.  
Djalma Marinho.  
Jessé Freire.  
Vingt Rosado.

Paraíba:

Arnaldo Lafayette.  
Flaviano Ribeiro.  
Humberto Lucena.  
Jandui Carneiro.  
João Fernandes.  
Luiz Bronzeado.  
Milton Cabral.  
Teotônio Neto.  
Plínio Lemos.

Pernambuco:

Aderbal Jurema.  
Alde Sampaio.  
Andrade Lima Filho.  
Arruda Câmara.  
Augusto Novaes.  
Aurino Valois.  
Bezerra Leite.  
Clodomir Leite.  
Costa Cavalcanti.  
Dias Lins.  
Geraldo Guedes.  
Heráclio Rego.  
João Cleofas.  
José Carlos Guerra.  
José Meira.  
Luiz Pereira.  
Magalhães Melo.  
Milvynes Lima.  
Nilo Coelho.  
Oswaldo Lima Filho.  
Souto Maior.  
Tabosa de Almeida.

Alagoas:

Abrahão Moura.  
Aloysio Nonó.  
Ary Pitombo.  
Medeiros Neto.  
Oceano Carleial.  
Oséas Cardoso.  
Pereira Lúcio.  
Segismundo Andrade.

Sergipe:

Arnaldo Garcez.  
José Carlos Teixeira.  
Lourival Batista.  
Machado Rollemberg.  
Walter Batista.

Bahia:

Aloysio Short (4-12-65).  
Antônio Carlos Magalhães.  
Aloisio de Castro.  
Clemens Sampaio.  
Cícero Dantas.  
Edvaldo Flores (4-12-65).  
Gastão Pedreira.  
Heitor Dias.  
Henrique Lima.  
João Alves.  
Josaphat Borges.  
Lima Freire.  
Mancel Novaes.  
Mário Piva.  
Necy Novaes.  
Nonato Marques.  
Oliveira Brito.  
Pedro Catalão.

Raimundo Brito.  
Regis Pacheco.  
Ruy Santos.  
Teófilo de Albuquerque.  
Tourinho Dantas.  
Vasco Filho.  
Vieira de Melo.  
Wilson Falcão.

Espírito Santo:

Argilano Dario.  
Dirceu Cardoso.  
Dulcino Monteiro.  
Florianio Rubin.  
Gil Veloso.  
João Calmon.  
Oswaldo Zanello.  
Raymundo de Andrade.

Rio de Janeiro:

Adahuri Fernandes (25-3-66).  
Adolpho Oliveira.  
Afonso Celso.  
Amaral Peixoto.  
Arló Teodoro.  
Bernardo Bello.  
Carlos Werneck.  
Daso Coimbra.  
Edésio Nunes.  
Geremias Fontes.  
Getúlio Moura.  
Heli Ribeiro.  
Jorge Said-Cury (4-12-66).  
Mário Tamborindeguy.  
Raymundo Padilha.  
Roberto Saturnino.

Guanabara:

Adauto Cardoso.  
Afonso Arinos Filho (M.E.).  
Aguinaldo Costa.  
Arnaldo Nogueira.  
Aureo Melo.  
Baeta Neves.  
Benjamin Farah.  
Breno da Silveira.  
Cárdeno de Menezes.  
Chagas Freitas.  
Eurico Oliveira.  
Expedito Rodrigues.  
Hamilton Nogueira.  
Nelson Carneiro.  
Noronha Filho.  
Waldir Simões.

Minas Gerais:

Abel Rafael.  
Acio Cunha.  
Amintas de Barros.  
Austregésilo de Mendonça.  
Bento Gonçalves.  
Bias Fortes.  
Bilac Pinto.  
Carlos Murilo.  
Celso Murta.  
Cyro Maciel (S.E.).  
Dnar Mendes.  
Elias Carmo.  
Francelino Pereira.  
Geraldo Freire.  
Gulhermino de Oliveira.  
Horácio Bethônico.  
Jaeder Albergaria.  
João Hercúlio.

José Bonifácio.  
José Humberto (S.E.).  
Leopoldo Maciel (S.E.).  
Manoel de Almeida.  
Manoel Taveira.  
Milton Reis.  
Maurício de Andrade.  
Nogueira de Rezende.  
Onéio Botelho.  
Ovidio de Abreu.  
Ozanam Coelho.  
Padre Nobre.  
Padre Vidigal.  
Pais de Almeida.  
Paulo Freire.  
Pedro Aleixo.  
Pinheiro Chagas.  
Renato Azeredo.  
Simão da Cunha.  
Tancredo Neves.  
Último de Carvalho.  
Walter Passos.

## São Paulo:

Adib Chammas.  
Adrião Bernardes.  
Afrânio de Oliveira.  
Alceu de Carvalho.  
Amaral Furlan.  
Aniz Badra.  
Antônio de Barros.  
Antônio Feliciano.  
Athé Coury.  
Batista Ramos.  
Broca Filho.  
Campos Vergal.  
Carvalho Sobrinho.  
Celso Amaral.  
Condeixa Filho (S.E.).  
Cunha Bueno.  
Dias Menezes.  
Derville Alegretti.  
Ewaldto Pinto.  
Franco Montoro.  
Germinal Feijó.  
Harry Normaton.  
Hamilton Prado.  
Herbert Levy.  
Italo Fittipaldi (S.E.).  
Ivete Vargas.  
José Barbosa.  
José Menck.  
José Resegue.  
Lacôrte Vitale.  
Lauro Cruz.  
Levy Tavares.  
Lino Morganti.  
Luiz Francisco.  
Mário Covas.  
Maurício Goulart.  
Millo Cammarosano.  
Nicolau Tuma.  
Ortiz Monteiro.  
Pacheco Chaves.  
Paulo Lauro (1-12-65).  
Pedro Marão.  
Pereira Lopes.  
Pinheiro Brisolla.  
Plínio Salgado.  
Sussumu Hirata.  
Teófilo Andrade.  
Ulysses Guimarães.  
Yukishigue Tamura.

## Goiás:

Anísio Rocha.  
Benedito Vaz.  
Castro Costa.  
Celestino Filho.  
Emival Caiado.  
Geraldo de Pina.  
Haroldo Duarte.  
Jales Machado.  
Lisboa Machado.  
Rezende Monteiro.  
Ludovico de Almeida.

## Mato Grosso:

Correa da Costa.  
Edison Garcia.  
Miguel Marcondes.  
Philadelpho Garcia.  
Rachid Mamed.  
Saldanha Derzi.  
Wilson Martins.

## Paraná:

Acioy Filho.  
Antônio Annibelli.  
Antônio Baby.

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASILIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		
Semestre .....	Cr\$	50
Ano .....	Cr\$	96
Exterior		
Ano .....	Cr\$	136

## FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior		
Semestre .....	Cr\$	39
Ano .....	Cr\$	76
Exterior		
Ano .....	Cr\$	108

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Braga Ramos.  
Elias Nacle.  
Emílio Gomes.  
Fernando Gama.  
Hermes Macedo.  
Ivan Luz.  
Jorge Curi.  
José Richa.  
Lyrio Bertolli.  
Maia Neto.  
Mário Gomes.  
Miguel Buffara.  
Minoro Miyamoto.  
Newton Carneiro.  
Paulo Montans.  
Plínio Costa.  
Renato Celidônio.  
Wilson Chedid.  
Zacarias Seleme.

## Santa Catarina:

Albino Zeni.  
Antônio Almeida.  
Aroldo Carvalho.  
Carneiro de Loyola.  
Doutel de Andrade.  
Laerte Vieira.  
Lenoir Vargas.  
Orlando Bertoli.  
Osni Regis.  
Paulo Macarini.  
Pedro Zimmermann.

## Rio Grande do Sul:

Adílio Viana.  
Afonso Anschau.  
Antônio Bresolin.  
Ary Alcântara.  
Brito Velho.  
César Prito.  
Cid Furtado.  
Clovis Pestana.  
Croacy de Oliveira.  
Euclides Triches.  
Flores Soares.  
Floriano Paixão.  
Giordano Alves.  
Jairo Brum.  
José Mandelli.  
Marcial Terra (M.E.).  
Matheus Schmidt.

Milton Cassel (S.E.).  
Norderto Schmidt.  
Osmar Grafuinha.  
Peracchi Barcelos.  
Ruben Alves.  
Tarso Dutra.  
Victor Issler.  
Zaire Nunes.

## Amapá:

Janary Nunes.

## Rondônia:

Hegel Morhy.

## Roraima:

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — As listas de presença acusam o comparecimento de 49 Senhores Senadores e 332 Senhores Deputados, num total de 381 Senhores Congressistas.

Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

## Parecer nº 34, de 1965 (C.N.)

(Da Comissão Mista)

Redação do vencido no 1º Turno do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1965 (CN), que dispõe sobre o sistema tributário nacional.

Relator: Deputado Raymundo Padilha.

A Comissão oferece, e manexo, a redação do vencido no 1º Turno do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1965 (CN) — Dispõe sobre o sistema tributário nacional.

Sala das Comissões, em 1º de dezembro de 1965. — Guido Mondin, Presidente. — Vivaldo Lima, Vice-Presidente. — Raymundo Padilha, Relator. — Italo Fittipaldi, vencido. — Ruy Carneiro. — Joaquim Parente. — Catete Pinheiro, vencido. — Oscar Passos, abstenção. — José Feliciano. — Heitor Dias. — Antônio Carlos. — José Guimard. — Pacheco Chaves, vencido. — Teófilo Andrade, vencido. — Osni Regis, vencido.

## Emenda Constitucional nº 18

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição, a seguinte Emenda Constitucional:

## CAPÍTULO I

## Disposições Gerais

Art. 1º — O sistema tributário nacional compõe-se de impostos, taxas e contribuições de melhoria, e é regido pelo disposto nesta Emenda, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal, e, nos limites das respectivas competências, em lei federal, estadual ou municipal.

Art. 2º — É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — instituir ou majorar tributo sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos nesta Emenda;

II — cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda, com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;

III — estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;

IV — cobrar impostos sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou serviços de Partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar;

d) o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

§ 1º — O disposto na letra a do nº IV é extensivo às autarquias, tão somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

§ 2º — O disposto na letra a do nº IV, não é extensivo aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente no que se refere aos tributos de sua competência, ressalvados os serviços públicos federais concedidos, cuja isenção geral de tributos pode ser instituída pela União, por meio de lei especial e tendo em vista o interesse comum.

Art. 3º — É vedado:

I — à União, instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município;

II — aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

Art. 4º — Somente a União, em casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios.

## CAPÍTULO II

## Dos impostos

## SEÇÃO I

## Disposições Gerais

Art. 5º — Os impostos componentes do sistema tributário nacional são exclusivamente os que constam

desta Emenda, com as competências e limitações nela previstas.

Art. 6º — Competem:

I — ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios;

II — à União, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados, e, se aqueles não forem divididos em Municípios, cumulativamente os atribuídos a estes.

#### SEÇÃO II

Impostos sobre o comércio exterior

Art. 7º — Compete à União:

I — o imposto sobre a importação de produtos estrangeiros;

II — o imposto sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados.

§ 1º — O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo dos impostos a que se refere este artigo, a fim de ajustá-los aos objetivos da política cambial e de comércio exterior.

§ 2º — A receita líquida do imposto a que se refere o nº II deste artigo destina-se à formação de reservas monetárias, na forma da lei.

#### SEÇÃO III

Impostos sobre o Patrimônio e a Renda

Art. 8º — Competem à União:

I — o imposto sobre a propriedade territorial rural;

II — o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 9º — Compete aos Estados o imposto sobre a transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos em lei, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.

§ 1º — O imposto incide sobre a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos neste artigo.

§ 2º — O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos neste artigo, para sua incorporação ao capital de pessoas jurídicas, salvo o daquelas cuja atividade preponderante, como definida em lei complementar, seja a venda ou locação da propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 3º — O imposto compete ao Estado da situação do imóvel sobre que versar a mutação patrimonial, mesmo que esta decorra de sucessão aberta ou estrangeira.

§ 4º — A alíquota do imposto não excederá os limites fixados em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar, e o seu montante será dedutível do devido à União, a título do imposto de que trata o art. 8º, nº II, sobre o provento decorrente da mesma transmissão.

Art. 10 — Compete aos Municípios o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

#### SEÇÃO IV

Impostos sobre a Produção e a Circulação

Art. 11 — Compete à União o imposto sobre produtos industrializados.

Parágrafo único. O imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos, e não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, o montante cobrado nos anteriores.

Art. 12 — Compete aos Estados o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por comerciantes, industriais e produtores.

§ 1º — A alíquota do imposto é uniforme para todas as mercadorias, não excedendo, nas operações que as destinem a outro Estado, o limite

fixado em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar.

§ 2º — O imposto é não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, nos termos do disposto em lei complementar, o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou por outro Estado, e não incidirá sobre a venda a varejo, diretamente ao consumidor, de gêneros de primeira necessidade, definidos como tais por ato do Poder Executivo Estadual.

Art. 13 — Compete aos Municípios cobrar o imposto referido no artigo anterior, com base na legislação estadual a ele relativa, e por alíquota não superior a 30% (trinta por cento) da instituída pelo Estado.

Parágrafo único — A cobrança prevista neste artigo é limitada às operações ocorridas no território do Município, mas independente da efetiva arrecadação, pelo Estado, do imposto a que se refere o artigo anterior.

Art. 14 — Compete à União o imposto:

I — sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários;

II — sobre serviços de transportes e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal.

§ 1º — O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, nos casos do nº I deste artigo, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política monetária.

§ 2º — A receita líquida do imposto nos casos do nº I deste artigo, destina-se à formação de reservas monetárias.

Art. 15 — Compete aos Municípios o imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.

Parágrafo único — Lei complementar estabelecerá critérios para distinguir as atividades a que se refere este artigo das previstas no art. 12.

#### SEÇÃO V

Impostos Especiais

Art. 16 — Compete à União o imposto sobre:

I — produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de combustíveis e lubrificantes líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza;

II — produção, importação, distribuição ou consumo de energia elétrica;

III — produção, circulação ou consumo de minerais do País.

Parágrafo único — O imposto incide, uma só vez, sobre uma dentre as operações previstas em cada inciso deste artigo e exclui quaisquer outros tributos, sejam quais forem sua natureza ou competência, incidentes sobre aquelas operações.

Art. 17 — Compete à União, na iminência ou no caso de guerra externa, instituir, temporariamente, impostos extraordinários, compreendidos ou não na enumeração constante dos artigos 8º e 16, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.

#### CAPÍTULO III

Das Taxas

Art. 18 — Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições cobrar taxas em função do exercício regular do poder de polícia, ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Parágrafo único — As taxas não terão base de cálculo idêntica à que

corresponda a imposto referido nesta Emenda.

#### CAPÍTULO IV

Das Contribuições de Melhoria

Art. 19 — Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, cobrar contribuições de melhoria para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

#### CAPÍTULO V

Das Distribuições de Receitas Tributárias

Art. 20 — Serão distribuídos pela União:

I — aos Municípios da localização dos imóveis, o produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 8º, nº I;

II — aos Estados e aos Municípios, o produto da arrecadação, na fonte, do imposto a que se refere o art. 8º, nº II, incidente sobre a renda das obrigações de sua dívida pública e sobre os proventos dos seus servidores e dos de suas autarquias.

Parágrafo único — As autoridades arrecadadoras dos tributos a que se refere este artigo farão entrega aos Estados e Municípios das importâncias recebidas correspondentes a estes impostos, à medida em que forem sendo arrecadadas, independentemente de ordem das autoridades superiores, em prazo não maior de trinta dias, a contar da data do recolhimento dos mesmos tributos, sob pena de demissão.

Art. 21 — Do produto da arrecadação dos impostos a que se referem o art. 8º, nº II, e o art. 11, 80% (oitenta por cento) constituem receita da União e o restante distribuir-se-á à razão de 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

§ 1º — A aplicação dos Fundos previstos neste artigo será regulada por lei complementar, que cometerá ao Tribunal de Contas da União o cálculo e a autorização do pagamento das quotas a cada entidade participante, independentemente de autorização orçamentária ou de qualquer outra formalidade, efetuando-se a entrega, mensalmente, através dos estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 2º — Do total recebido nos termos do parágrafo anterior, cada entidade participante destinará obrigatoriamente 50% (cinquenta por cento), pelo menos, ao seu orçamento de capital.

§ 3º — Para os efeitos de cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação exclui-se, do produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 8º, nº II, a parcela distribuída nos termos do art. 20, nº II.

Art. 22 — Sem prejuízo do disposto no art. 21, os Estados e Municípios que celebrem com a União convênios destinados a assegurar ampla e eficiente coordenação dos respectivos programas de investimentos e serviços públicos, especialmente no campo da política tributária, poderão participar de até 10% (dez por cento) da arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, proveniente do imposto referido no art. 8º, nº II, incidente sobre o rendimento das pessoas físicas, e no art. 11, excluído o incidente sobre fumo e bebidas alcoólicas.

Art. 23 — Do produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 18 serão distribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios 60% (sessenta por cento) do que incidir sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes e energia elé-

trica, e 90% (noventa por cento) do que incidir sobre operações relativas a minerais do País.

Parágrafo único — A distribuição prevista neste artigo será regulada em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar, proporcionalmente à superfície e à população das entidades beneficiadas, e à produção e ao consumo, nos respectivos territórios, dos produtos a que se refere o imposto.

Art. 24 — A lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal, ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos, de competência da União, cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.

Parágrafo único — O disposto neste artigo aplica-se à arrecadação dos impostos de competência dos Estados, cujo produto estes venham a distribuir, no todo ou em parte, aos respectivos Municípios.

#### CAPÍTULO VI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 25 — Ressalvado o disposto no art. 26 e seus parágrafos, ficam revogados ou substituídos pelas disposições desta Emenda o art. 15 e seus parágrafos, o art. 16, o art. 17, o artigo 19 e seus parágrafos, o art. 21, o § 4º do art. 26, o art. 27, o art. 28 e seu parágrafo único, os ns. I e II do art. 30 e seu parágrafo único, o art. 32, o § 34 do art. 141, o art. 202 e o art. 203 da Constituição, o artigo 5º da Emenda Constitucional nº 3, a Emenda Constitucional nº 5 e os artigos 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 10.

Art. 26 — Os tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, vigentes à data da promulgação desta Emenda, salvo o imposto de exportação, poderão continuar a ser cobrados até 31 de dezembro de 1966, devendo, nesse prazo, ser revogados, alterados ou substituídos por outros, na conformidade do disposto nesta Emenda.

§ 1º — A lei complementar poderá estabelecer as alterações e substituições tributárias, na conformidade do disposto nesta Emenda, entre gradualmente em vigor nos exercícios de 1967, 1968 e 1969.

§ 2º — O art. 20 da Constituição ficará revogado, em relação a cada Estado, na data da entrada em vigor da lei que nele instituir o imposto previsto no artigo 12 desta Emenda.

§ 3º — Entrará em vigor a 1ª de janeiro do ano seguinte ao da promulgação desta Emenda o disposto no art. 7º, nº II, no seu § 2º, e, quanto ao imposto de exportação, o previsto no seu § 1º.

Art. 27 — São extensivos à Região Amazônica todos os incentivos fiscais, favores creditícios e demais vantagens concedidas pela legislação à Região Nordeste do Brasil.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O encerramento da Sessão Legislativa de 1965, no Senado Federal, dar-se-á hoje, após a sessão ordinária da tarde. A Câmara dos Deputados também encerrará, nesta data, a Sessão Legislativa ordinária.

Não obstante, cumpre-me comunicar que as Comissões Mistas do Congresso Nacional que estão com prazos marcados para elaboração de pareceres, ou recebimento de emendas, prosseguirão funcionando no dia de hoje. Assim, os prazos que, porventura, se vençam nesta data, não serão alterados — vencem-se hoje. Não serão repostos. O calendário das Comissões Mistas deverá ser rigorosamente obedecido, independentemente da circunstância do encerramento da Sessão Legislativa.

A instalação do período extraordinário para que foi convocado o Congresso Nacional dar-se-á amanhã, dia 10, às 10 horas, em sessão conjunta. Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

*Discussão, em segundo turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1965 (C.N.), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o sistema tributário nacional.*

A Comissão Mista apresentou a redação do vencido do primeiro turno. A discussão deverá versar tendo em vista a redação do vencido oferecida pela Comissão Mista.

Os avulsos correspondentes à redação do vencido serão, dentro de instantes, distribuídos aos Srs. Congressistas, motivo pelo qual irei levantar a sessão até que isto se dê. Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 11 horas e 20 minutos e reaberta às 11 horas e 40 minutos).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão.

Os Srs. Congressistas estão recebendo a redação do vencido.

Está em discussão a matéria em segundo turno.

O primeiro orador inscrito é o nobre Deputado Nelson Carneiro, a quem dou a palavra.

#### O SR. NELSON CARNEIRO:

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, confesso a V. Exas. que os debates travados na primeira discussão desta emenda constitucional me puseram numa grave dificuldade: enquanto os líderes do Governo sustentavam a excelência da proposta presidencial, as ilustres adversárias dessa iniciativa apontavam-na como contrária até à própria Federação e sua sobrevivência.

Sr. Presidente, já que não se constituiu o Partido da União Nacional, hereditário que esta Casa se dividirá entre duas organizações, o PAN, partido que abrangerá as forças governamentais, e o Partido da Oposição. O PAN será o Partido Arca de Noé, onde caberão todos os que querem apoiar o Governo, revolucionários ou não.

Talvez no curso desses debates eu me esclareça, porque, pelo que ouvi, alguns ilustres Deputados, que tão conscientemente há poucos dias votaram contra a Emenda Constitucional, já se convenceram, neste interregno, das virtudes da proposição. Não sou dos que combatem os que mudam de opinião, quando convencidos do erro em que laboravam. Por isto mesmo, estou convencido de que o Presidente da República acabará revendo o Ato Institucional nº 2, que pôs termo aos partidos políticos, tal a entaladela em que se envolveu.

Acredito, Sr. Presidente, que o Partido oficial começa a cobrar, antes mesmo de ser constituído, as suas adesões. Talvez a votação de hoje seja como um exame vestibular, aquilo que se referem o nobre Deputado Teóculo de Albuquerque, em declaração ao "Correio Brasiliense" de hoje, que vou ler para que constem dos anais:

"O Deputado Teóculo de Albuquerque, falando a este jornal, logo após a reunião (a reunião dos líderes de partidos), disse que as duas comissões (do Senado e da Câmara) procurarão fazer uma triagem entre aqueles que deverão participar do partido situacionista, de modo a que sejam admitidos os melhores entre os mais capazes".

O Sr. Teóculo de Albuquerque — V. Ex.ª permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra, daqui a pouco. Para glória desta Casa, o Deputado Teóculo de Albuquerque declarou que, apesar desse rigor,

"apesar dessa exigência, está convencido de que a Aliança Renovadora Nacional terá em seus quadros um mínimo de 250 deputados, podendo ir muito além, dando assim ao governo uma larga maioria no âmbito do Congresso".

Quer dizer que, mesmo com o rigor sugerido pelo nobre deputado Teóculo de Albuquerque, mais de trezentos deputados — muito mais de duzentos e cinquenta, vamos admitir — conseguirão entrar em seu partido, aqueles mais capazes, aqueles considerados melhores entre os mais capazes. O critério dessa seleção — que alguns colegas me solicitam a minha voz — certamente esclarecido pelo nobre deputado Teóculo de Albuquerque no aparte que lhe vou conceder nesta oportunidade.

O Sr. Teóculo de Albuquerque — Sr. Deputado Nelson Carneiro, houve uma interpretação falsa do jornalista.

O SR. NELSON CARNEIRO — Ah!

O Sr. Teóculo de Albuquerque — Eu disse, sim: os senhores ficarão certos de que neste partido encontrarão os melhores dentre os mais capazes da República do Brasil. E considero que assim seja, porque tenho esta Câmara, na sua maioria absolutista, composta de homens capazes, honestos e realmente os melhores do Brasil.

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço a V. Ex.ª o esclarecimento e fico satisfeito, porque é um dos portavozes do Palácio do Planalto que vem a esta Casa declarar que aqui se encontram os nomes excepcionais da vida pública do Brasil, os melhores entre os mais capazes. Já não somos aquela Câmara tão condenada, tão apupada, tão vilipendiada, que merece ter sobre si a espada da cassação de mandatos até o último dia de sua existência e até depois de sua existência. Felizmente o Palácio do Planalto já fala outra voz, e fala pela voz de seu autorizado intérprete, o nobre Deputado Teóculo de Albuquerque.

Mas, Srs. Congressistas, não me surpreendo porque nestes dias da Revolução uma das figuras que foi apontada como sendo o sustentáculo civil foi o Sr. Ademar de Barros. Evidentemente ninguém pôe em dúvida que serão os melhores entre os mais capazes, quando à frente dessa organização estará o eminente Governador de São Paulo, para gáudio e alegria do Sr. Herbert Levi e seus companheiros da falecida União Democrática Nacional.

Mas, Sr. Presidente, queria dizer que me encontro numa dificuldade: se devo votar contra ou a favor. Como baiano, interessado nos problemas da Bahia, como brasileiro, debruçado sobre os problemas do Brasil, deveria votar contra a proposição. Mas votar contra por quê, Sr. Presidente, se o Presidente da República pode, amanhã, num ato institucional decretar isso e muito mais? Se ele tem o direito de baixar a cada dia um ato institucional, por que aqui vamos negar-lhe o voto? Se ele quer o voto, nós lho daremos ou não, mas a lei virá de qualquer forma: ele a decretará. Por isso dirijo-me aos futuros membros, aos melhores entre os mais capazes, do PAN, Partido da Arca de Noé.

Pois esse partido, Sr. Presidente, é que vai conter a todos os que ontem se degladiavam nos Estados, através dos artifícios das sublegendas, que são como que partidos de segunda classe. Quem for do partido de primeira classe fica com a legenda; quem for do de segunda, fica com a sublegenda. E haverá até partido de terceira classe, porque há Estados onde não bastará uma sublegenda e sim várias; uma espécie de polvo com muitas cabeças.

Esse partido, onde nasce? No Palácio do Planalto. Quem o preside, quem o orienta, quem o dirige? É o próprio Governo Federal.

Onde estão, Sr. Presidente, aqueles idealistas de 1930, onde estão os homens da Aliança Liberal, que pregavam contra esses métodos políticos? Onde estão os homens da cada vez mais finada União Democrática Nacional, que se insurgiram contra o Sr. Getúlio Vargas quando, em 1945, ele instituiu os partidos de cima para baixo? Onde estão eles?

Estão aqui, submissos, cabisbaixos e arrependidos.

Aliás, Sr. Presidente, sou daqueles que acreditam que não há céu nem inferno, e que o bem ou o mal que aqui fazemos pagamos aqui mesmo. E Deus deu vida e saúde a muitos que se voltaram contra a Carta de 37 para que pudessem, na velhice, pagar os pecados, assinando o Ato de 65! Deus deu vida e saúde para que, aqui mesmo, purgassem as suas faltas!

A vida é assim! Embora o Deputado Brito Velho acredite que haja inferno e céu, pergunto se para o mundo político pode haver, Sr. Presidente, inferno maior que este em que estamos vivendo! — Pode haver, para os homens, outro inferno, mas para a vida pública este é o inferno, o inferno da intranquilidade, o inferno do sobressalto, o inferno de não se saber o que vai acontecer amanhã. Este, o inferno!

O Sr. Brito Velho — Eu sou de 1930.

O SR. NELSON CARNEIRO — Eu também.

O Sr. Pinheiro Brisolla — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra, dou o aparte ao Deputado Pinheiro Brisolla.

O Sr. Pinheiro Brisolla — Nobre Deputado, eu sou de 30 e também estou aqui, mas não de cabeça baixa; estou, sim, como homem digno, consciente da responsabilidade, apoiando um Governo honesto e digno, Governo que está procurando levantar o nosso País. Por isso, a Maioria que o está prestigiando deseja a independência do Brasil. V. Exa. não tem o direito de abusar dessa tribuna para dizer que os seus colegas estão de cabeça baixa. V. Exa. não tem o direito de lançar contra os Deputados desta Casa a pecha de que são homens que se curvam, que se deixam oprimir, que decidem não de acordo com sua consciência, mas de comum acordo com aquilo que manda o próprio Governo.!!! V. Exa. sabe que o Governo da República está representado num homem que não oprime, que não tem ódios, homem que jamais veio perante qualquer Deputado solicitar seu voto desta ou daquela forma. Ademais, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nós estamos aqui para discutir um projeto importantíssimo, projeto que diz respeito à reforma tributária e não para discutir política. Não estamos aqui para gastar nosso tempo em assuntos que não dizem respeito ao objeto desta proposição. Discuta V. Exa. o projeto e deixe a política de lado. Faça a sua oposição, mas faça-a com elevação.

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço o aparte com que muito me

distinguiu o Professor Pinheiro Brisolla, de quem sou, nesta Casa, um dos mais devotados admiradores. Louvo V. Exa., porque tendo participado em 30 destas lutas, pode em 65 ver que as mesmas idéias que então defendia, hoje são vitoriosas!!! As causas que o levaram à praça pública, na mocidade, como a mim também, hoje as empolgam da mesma forma... As idéias são outras, mas as causas, as mesmas. Quero dizer ao nobre Deputado que quando falo na reação dos moços de 30, entre os quais me incluo, contra a intervenção do Governo na constituição dos Partidos e escolha dos candidatos, faço-o porque li, no "Correio Brasiliense" de hoje a notícia de que houve, ontem, no Palácio do Planalto uma reunião da qual participaram o Sr. Presidente Castello Branco, os Srs. Senadores Filinto Müller e Daniel Krieger e o Deputado Teóculo de Albuquerque e o Sr. Ministro Cordeiro de Farias e que, à saída, o Sr. Deputado Teóculo de Albuquerque fez aquela sensacional declaração de que no partido oficial não entra quem quiser; serão escolhidos os melhores entre os mais capazes.

Isso me surpreendeu porque tendo vindo eu desde 1930 combatendo tudo isso, tendo combatido, também, em 34 aquela pilhéria, a desmoralização que foi a eleição indireta dos interventores, não posso compreender como eu, que tudo combati, possa hoje dar a isto o meu aplauso.

Tem razão V. Exa., Sr. Deputado Pinheiro Brisolla: o coração sabe que há outras faces que nós desconhecemos. Prefiro ficar na modestia das minhas considerações. Mas quero que o meu discurso tenha a bênção da palavra do Monsenhor Arruda Câmara, para que a palavra de V. Exa. não abençoe com a sua intervenção no fim da legislação. E lhe concedo o aparte que me pretende pedir.

O Monsenhor Arruda Câmara — Vou tentar dar uma interpretação mais autêntica ao pensamento de V. Exa.

O Sr. Brito Velho — Que está precisando.

O Sr. Monsenhor Arruda Câmara V. Exa., há poucos instantes, fez uma espécie negação ou, pelo menos, de dúvida em relação à existência do céu e do inferno. Tem V. Exa. tanta desta tribuna repetidas afirmações de que é Católico...

O SR. NELSON CARNEIRO — ... Apostólico Romano e devoto do Senhor do Bonfim.

O Sr. Monsenhor Arruda Câmara — ... portanto não pode negar os dogmas da existência do céu e do inferno. V. Exa., naturalmente, quis dizer que muitos dos nossos pecados são purgados aqui; e algumas das nossas boas ações são recompensadas aqui. Alí o discurso de V. Exa. é verdadeiro, porque nem sempre a Justiça Divina espera para dar o castigo total ou a recompensa total, no além túmulo, no outra vida, às vezes, — direi mesmo, muitas vezes — aqui os homens pagam uma parte dos seus pecados e recebem uma parcela das suas virtudes, das suas boas ações. Esta, a interpretação para a qual pedi licença a V. Exa. para dar ao seu pensamento de católico praticante.

O SR. NELSON CARNEIRO — Não posso, modesto sacristão que sou, divergir da predica do Monsenhor. Quis apenas dizer que os pecados e as virtudes políticos nós pagamos no decorrer da vida política. Por isso mesmo situei aqueles que se haviam insurgido contra a Carta de 37 e suscreveram, exaltada e jubilosamente, a Carta de 66.



**O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro)** — (Fazendo soar as campainhas) — Informo ao nobre orador que dispõe apenas de 5 minutos para encerrar o seu discurso.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Concluirei, Sr. Presidente.

A Carta de 65 não tem sequer a virtude de ser uma 66, como a de 37. Esta é uma Carta a prestações: cada dia sai um pedaço, cada dia sai um capítulo, cada dia sai uma revisão.

Porque o Governo tem sempre razão, começa a cobrar, agora, antecipadamente, dos que vão integrar o tal Partido da Arca de Noé, a reclamada solidariedade.

Quem sabe se aqueles paulistas, mineiros, paranaenses, baianos, aqueles brasileiros de todos os recantos que, há poucas semanas, votaram contra o projeto de emenda constitucional, quem sabe se hoje não votarão a favor? Entre uma votação e outra tem a fundação do partido e tem a notícia de que somente os melhores, entre os mais capazes, nele figurarão.

Quem sabe, quem tem a certeza de que não será contemplado dentre os melhores? Como se vai dar a escolha? Qual o critério? Deve ser o da solidariedade ao governo. Ai o caso de prestar essa solidariedade antes que o partido se constitua, eis que antes de encerrar a nova sessão legislativa se terá de pedir mais aos Srs. Senadores e Deputados. Ai o Partido da Arca de Noé exigirá que Senadores e Deputados cortem na própria carne, deixem de receber acumulações, como militares ou civis. O Governo dá poder, mas cobra também. Não há nada no mundo que se dê sem cobrar a retribuição.

**O Sr. Brito Velho** — V. Exa. diz isto porque tem experiência.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Nunca recebi nada e, por isto, não dei nada.

**O Sr. Brito Velho** — Talvez tenha dado em outros tempos.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Posso ter dado minha solidariedade desta tribuna a algumas atitudes, sem pedir coisa alguma, como agora deu ao Sr. Presidente da República, nas medidas que tomar contra os que não se queiram render à vontade popular.

Anuncia-se que, muito em breve, se farão eleições no Brasil, eleições com sub-legendas, tantas quantas necessárias para abrigar cada tendência para que ninguém saia do bloco do Governo. Também teremos eleições distritais, agravadas em última análise, com aquelas listas que já estão sendo elaboradas para serem vendidas. O IBAD por exemplo não, dará mais dinheiro para faixas, não dará mais dinheiro para apolar ninguém: o IBAD distribuirá listas completas com as duas mil assinaturas, sem se expor a outros inquéritos parlamentares, tendo como relator o temível Sr. Pedro Aleixo, que acaba por apontar o responsável às punições penais.

Assim, Sr. Presidente, tudo acabará naquele grande espetáculo cívico que foram as eleições portuguesas do mês passado. Só houve um candidato e, surpreendentemente, o candidato foi eleito por unanimidade. E, até hoje, o Presidente está na dúvida se convidará para continuar o Ministro o Sr. Oliveira Salazar. Há uma sensação em Portugal. Quem será convidado para dirigir o Gabinete?

Eis um espetáculo que antecipa o que serão as eleições no próximo próximo ano. Mas isso será a Federação? Será esta a Federação como a imaginam os homens de hoje? Tal-

vez não a imaginem, mas a defendem. Mas entre um dia e outro há sempre uma noite e numa noite sempre estará o Sr. Deputado Teófilo de Albuquerque a vigiar. Tomem cuidado, Srs. Deputados, no votação de hoje. Tomem cuidado, Srs. Senadores, na votação de hoje. Vai se começar a apurar, nos votos proferidos, quais são os melhores entre os mais capazes. (Muito bem. Palmas).

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Deputado Mário Piva.

**O SR. MÁRIO PIVA:**

(Sem revisão do orador) — Srs. Congressistas, quando esta Emenda foi discutida em primeiro turno, nesta Casa, particularizei a situação da Bahia dentro da emenda constitucional que hoje se discute.

Hoje, Sr. Presidente, apesar do compromisso assumido pelo nobre líder do Governo na Câmara dos Deputados, prepara-se a votação nas mesmas condições da vez anterior.

Não conheço qualquer alteração, qualquer medida, qualquer providência tomada pelo Governo para melhorar a situação daqueles Estados que terão sua receita pública profundamente afetada pela nova lei que se vai votar.

Falo particularmente em nome da Bahia, sem dúvida alguma, o Estado do Brasil mais profundamente afetado, que maior quebra de sua receita sofrerá quando entrar em vigor esta lei, por falta de medidas que assegurem a complementação daquela parte que vai perder meu Estado.

**O Sr. Ruy Santos** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. MÁRIO PIVA** — Com prazer.

**O Sr. Ruy Santos** — Quero apenas dizer a V. Exa. não sou entendido nesses problemas — que o Secretário do Planejamento da Bahia telefonou-me dizendo que os interesses do Estado estão atendidos na emenda. Por isso — quero fazer esta ressalva — vou votar a favor.

**O SR. MÁRIO PIVA** — O nobre Deputado Ruy Santos, da Bahia, tem informações diferentes da que eu tenho. E S. Exa. mesmo, neste instante, está contrariando o que diz o Relator que é, em seu parecer — e atentem que o Secretário do Planejamento da Bahia conheceu o projeto em conversa que teve com o relator — diz apenas o seguinte, ao se referir ao projeto na parte relativa ao imposto de exportação: "De pequena significação na maioria dos Estados, somente na Bahia tem expressão. Em casos como este cumpre ao Governo Federal encontrar a forma de compensação financeira adequada."

**O Sr. Ruy Santos** — E é o que vai ser feito. Exa.

**O SR. MÁRIO PIVA** — É o que vai ser feito! É a linguagem da perspectiva; é a linguagem da oportunidade, como acentuou o nobre Senador Josaphat Marinho.

Se o Governo quer, efetivamente, aprovar uma reforma para entrar em vigor em 67, teria todo o ano de 66, antes de submetê-la à apreciação do Congresso, para estudar as medidas complementares que serviriam para evitar desfalque tão grande na receita pública dos Estados.

Mas o nobre Relator gosta muito de John Maynard Keynes. Citou e deturpou John Maynard Keynes nesta tribuna. É preciso repor, pelo menos em respeito à memória de Keynes, nos seus devidos termos, o que ele considera os graves, os grandes males do capitalismo moderno. Primeiro: o pleno emprego não está as-

segurado; segundo: existe a má distribuição da receita da renda social.

Ora, Sr. Presidente, este projeto, como está formulado, vai causar maiores males, vai causar maior perturbação na distribuição da renda social entre os Estados, porque não se encontraram, nas providências técnicas adotadas, as medidas que deveriam servir para impedir se anilhasse o campo, o âmbito da má distribuição da receita da renda social. Não está assegurado ainda porque o próprio Ministro da Fazenda, da tribuna desta Casa, ao mencionar as providências que os Estados deveriam tomar para impedir esta queda da receita, apontou como providências essenciais, como providência mais importante o aumento da saliquotas do seu imposto.

O nobre Relator não quer aceitar a influência do aumento de aliquotas de impostos no custo de vida. Então ele cita Keanes e contraria Keanes. Porque é Keanes quem, ao estudar a teoria dos impostos, declara taxativamente que a influência do imposto sobre os preços e a maior de todas que se conhecem como fenômeno de ordem econômica.

Pois bem, Sr. Presidente, o Relator não aceita Keanes mas o aceita para querer justificar que este aumento de aliquotas serviria apenas para remediar o mal de algumas unidades da Federação. Destaco o caso de meu Estado, chamando a atenção dos Srs. Senadores e Deputados representantes de várias unidades da Federação nesta Casa para o fato de que, no caso vertente, não será ape-

#### JOINVILLE

##### Atualmente

Arrecadação do Imposto de Indústria e Profissões — cerca	Cr\$ 500.000.000
Retorno correspondente a 20% da diferença da arrecadação — entre a do Município e a do Estado — Artigo 20 da Constituição — cerca	750.000.000
O Município perderá	1.250.000.000
Aliquota de Vendas e Consignações — do Estado 7% — podendo o Município cobrar até 30% deste imposto — teremos:	
Faturamento anual em Joinville	100.000.000.000
30% .....	30.000.000.000
Diferença a favor do Município	1.750.000.000

Vê-se, portanto, que o município irá lucrar com a Emenda. Por outro lado, teremos a emancipação do município, com relação ao Governo do Estado que, ou não paga as coisas ou paga mal. Por esses motivos, voto favoravelmente à proposição. Acho que realmente ela é de grande interesse para os municípios em geral. Além disso, o Estado não perderá, porque, em último caso, terá oportunidade de aumentar as aliquotas.

Era o que tinha a dizer, pedindo aos Srs. Deputados e Senadores, que votem favoravelmente à Emenda. — (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre relator para encaminhar a votação.

**O SR. RAIMUNDO PADILHA:**

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, na fase preliminar dos debates que se travaram nesta Casa, tive ensejo de justificar a posição adotada pela maioria da Comissão Especial que examinou o projeto.

Durante os debates, deixaram, entretanto, de ser mencionadas aquelas emendas que o alteraram, que lhe deram não só melhor redação como interpretação mais persuasiva, mas compreensiva. De outra parte, foram visivelmente corrigidos erros de interpretação, esclarecidas aquelas posições essenciais que o projeto adota. Em suma, foi feito um esforço de aperfeiçoamento.

nas a Bahia a prejudicada. Muitos outros Estados, se aprovada a emenda como está, conhecerão, em 1967, todos os males contidos em seu bôjo. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!).

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Deputado Cunha Bueno.

**O SR. CUNHA BUENO:**

Sr. Presidente, desisto da palavra.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Deputado Carneiro de Loyola.

**O SR. CARNEIRO DE LOYOLA:**

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo reiterar, aqui, o que disse na discussão em primeiro turno. Votarei a favor da emenda porque sou municipalista.

Evidentemente, o município é a célula mater da União. A proposição, se aprovada, irá fortalecer econômica e financeiramente o município. Nem todos tiveram — eu tive, oportunidade de examinar os orçamentos municipais. Examinei o caso da minha cidade, Joinville e outros municípios vizinhos. O caso de Joinville é a amostra do que se passa nos demais. A arrecadação do imposto de indústrias e profissões chega a 500 milhões, aproximadamente.

Se não, vejamos:

Agora, o que teríamos de debater na essência do projeto? A uniformidade do imposto de circulação que substitui o imposto de vendas e consignações. Quem não aceita, nesta alíquota no âmbito do Estado? Parece-me que não há divergência alguma a esse respeito: pelo menos não ouvimos aqui da tribuna, ou através de emendas, qualquer refutação, ao menos implícita, ao princípio da uniformidade.

Depois, quanto ao princípio da essencialidade, que é da natureza federal e cabe à União através do Imposto de Consumo, hoje designado Imposto sobre Produtos Industrializados. O que ali se afirma? Afirma-se um princípio de direito tributário, de técnica tributária, de senso comum, que é não fazer a incidência senão na relação inversa da essencialidade do produto consumido, princípio este adotado, como disse, na órbita federal, através do Imposto de Consumo, hoje Imposto sobre Produtos Industrializados.

Finalmente, o terceiro princípio do projeto: o princípio da não cumulatividade do tributo. Há alguém, nesta Casa, que se oponha a isto? E' ou não um fato de ordem financeira e de natureza econômica a dupla — incidência, a multi-incidência, a superincidência do imposto? Não é verdade que não podíamos continuar com o sistema de tributação encascada, como se usa dizer, através do Imposto de Vendas e Consignações ou de qualquer outro tipo de imposto? Não é verdade que esse princípio universal foi adotado pela Câmara dos Deputados?

Por que não se lhe impôs um só parecer, uma só palavra?

Então, Sr. Presidente, quais as objeções ao projeto? Sua oportunidade, sua vigência. Mas isto está assegurado precisamente numa emenda de autoria do nobre Senador Mem de Sá, quando se estabelece que a fase de adaptação abrangerá o período de 1967 a 1969, mencionando S. Exa. especificamente cada um desses períodos — 1967, 1968 e 1969 — como períodos de opção, depois daquela fase de adaptação das legislações estaduais e municipais aos textos constitucionais que iremos aprovar.

Ora, diz o Senador Mem de Sá, na sua emenda que a lei complementar regulará a matéria. Eis porque o Congresso, novamente reunido, a exemplo do que fez com o Imposto Único, obediente ao texto constitucional, vai discutir essa matéria objetiva: primeiro, da implantação do sistema; segundo, da distribuição das alíquotas pelos Estados e pelos Municípios.

Está, por conseguinte, aqui, acautelado, naturalmente, o interesse municipal ou estadual quanto à implantação do sistema. Por outro lado, quem, nesta Casa, é contrário à nacionalização ou federalização do Imposto de Exportação, hoje sob a competência dos Estados? Quem admite, hoje, que seja possível uma política de comércio internacional sem substituição ou a transferência para o plano federal, do Imposto de Exportação? Todos, nesta Casa, estamos de acordo também com essa nacionalização ou federalização!

Quais, então, os problemas que nos podem preocupar? — O problema da redução de receita, eventual, possível, calculada ou estimada. Mas, nem isso se verifica, e consta do nosso parecer: se um Estado perde, pelo valor absoluto de sua receita, é a compensação através de uma elevação percentual de sua alíquota. Está no projeto como está no censo comum, que em matéria da competência, do Estado, deve-se estabelecer um sistema de alíquotas que, não onerando coletivamente e socialmente o produto, todavia, recomponham as finanças do Estado através do acréscimo dessa incidência, pelo fato de não existir mais o Imposto sobre o valor bruto, mas sim sobre o valor adicionado de cada fatura.

Por outro lado, o Município. Que perde o município? — O Imposto de Indústria e Profissões, o Imposto de Licença, alguns outros impostos? Mas no sentido de que a arrecadação atual não vai atribuir aos municípios nem 170 bilhões, quando, na realidade, através do atendimento ao objetivo prático contido na emenda, teremos possibilidade de dobrar essa arrecadação para 320 bilhões? Todos os municipalistas, realmente, devem estar com esta emenda. Não quero exagerar, mas diria que esta emenda tem características fundamentalmente municipalistas.

E assim, Srs. Congressistas, estaríamos a reviver os debates, até o ponto em que os havíamos deixado, na última sessão em que tratamos da matéria.

Mas, ao discuti-la tive a prudência de afirmar que, da mesma sorte que ficara autorizado, na Comissão Especial a transigir com as emendas que aperfeiçoavam o projeto, trazia, também, a palavra do Governo, no sentido de que lei complementar poderia ainda em acordo com todas as lideranças e representantes categorizados das várias regiões e Estados do País, aperfeiçoar o sistema indo até uma fase em que, em outro texto constitucional, pudéssemos invocar, se fosse a hipótese, para traduzir o pensamento do Governo, para exprimi-lo ainda, a própria palavra do Ministro da Fazenda, na carta que me deu a honra de me dirigir, datada de 29 de novembro.

Excluo, desta carta, o período inicial, porque, eu o considero — se S.

Exa. o Sr. Ministro me permite — extremamente pessoal.

Diz o Ministro de Estado:

Seria insustentável uma reforma em que se propusesse a melhoria da situação econômica do País, deixando inseguras as receitas das unidades governamentais da Federação. O projeto prevê um período de adaptação — que o Congresso em suas emendas dilatou — durante o qual será preparada, coordenadamente, a legislação federal, estadual e municipal. Durante o ano próximo, serão votadas as leis complementares e se nessa oportunidade for verificada a necessidade de aperfeiçoamento da redação de um ou outro dispositivo da Emenda constitucional, sem dúvida alguma o Executivo enviará mensagem ao Congresso.

Poder-se-ia criticar o procedimento que sugiro. Se o próprio Governo reconhece a possibilidade de correções e se admite um período de adaptações para o preparo de legislação complementar seria preferível que fosse tudo acertado previamente para depois reformar-se a Constituição. Mas a experiência demonstra que o rigor da crítica contraria a realidade dos fatos. O Presidente da República, há mais de um ano, presidiu uma reunião de Secretários da Fazenda de Estado e demonstrou-lhes a necessidade de modificar o processo de arrecadação do imposto de vendas e consignações. Anunciou-lhes que seria feita uma proposta de reforma constitucional, no sentido de modificar a incidência do imposto. Os Estados não tomaram providências. Não fizeram estudo algum de adaptação. Em meado deste ano foi amplamente divulgado o projeto da reforma. Houve reações que partiram principalmente dos Municípios. Os autores do projeto examinaram as objeções e desfizeram os malentendidos. Nos Estados, porém, prevaleceu a inércia quanto à adaptação ao novo processo. Tais fatos demonstram sobrejamente ser indispensável uma iniciativa ainda que imperfeita, sujeita a correções, mas propulsora de um movimento renovador. Sem esse impulso inicial é impossível qualquer reforma.

A União e os Estados deverão, em 1966, dedicar todos seus esforços no aperfeiçoamento da arrecadação de seus impostos. A União, cumpre aperfeiçoar o lançamento e a arrecadação do imposto de renda; aos Estados, cumpre racionalizar o imposto de vendas e consignações. O imposto de renda deve ser o esteio do sistema tributário e o imposto de vendas e consignações não pode continuar a ser uma fonte de receita fiscal dissociada da economia do País.

A obstinação de algumas autoridades estaduais em desconhecer as vantagens da reforma advém da suposição de uma alternativa que, na verdade, é insubsistente.

Tem sido afirmado, por exemplo, que ao se transferir a incidência do imposto do valor bruto das transações para o valor adicionado, tornar-se-á inevitável violenta queda da receita ou, para evitar o desastre financeiro, impõe-se um acréscimo da alíquota que será desfavorável aos contribuintes e nocivo aos produtores de matérias-primas.

A hipótese de tão trágico dilema origina-se da incompreensão dos termos do problema. Nem haverá queda violenta de receita, nem, muito menos, o agravamento

da situação dos contribuintes ou dos produtores de matérias-primas.

O Estado ao adotar o novo processo de tributação não somente terá melhores meios de fiscalização, reduzida a sonegação e a evasão, como terá a faculdade de elevar a alíquota do imposto, sem que essa elevação implique em sobrecarga fiscal. Além disso, o

Estado tem a liberdade de adotar taxas diferenciadas na sucessão das operações, podendo isentar a primeira operação, ou seja, a operação concernente aos produtores de matérias-primas e de produtos agro-pecuários. Um exemplo aritmético, bem simples, mas suficientemente significativo, demonstrará o que é exequível na prática:

Tributação atual			Tributação dos valores adicionados	
Fases das transações	Valores das transações	Receita do imposto correspondente a alíquota de 6 %	Valores adicionados	Receita do imposto correspondente a alíquota de 15 %
Primeiro .....	100	6.0	100	Isento
Segundo .....	130	7.8	30	4.5
Terceiro .....	200	12.8	70	10.5
Quarto .....	300	18.0	100	15.0
Totais .....		33.8	200	30.0
Carga tributária 11.3%			10%	

Depreende-se da demonstração que muito embora a alíquota seja consideravelmente aumentada, de 6% para 15%, o contribuinte final, o consumidor, sofrerá menos encargo tributário e o produtor de matérias-primas poderá ficar completamente isento de compromissos financeiros, o que não sucede atualmente. Caso o Estado não queira optar pela isenção, prosseguirá na mesma contribuição, exigida atualmente, 6%, elevando a alíquota para as demais operações. Nesse caso bastaria aumentá-la para 10%, em vez de 15%.

Estou convencido de que a União em relação ao imposto de renda e os Estados em relação ao imposto de vendas e consignações somente desenvolverão nova mentalidade arrecadadora em face dos imperativos da reforma. E o progresso econômico do País exige a urgência dessa renovada orientação arrecadadora.

Bem sei que a Emenda poderia ser melhorada. Um regimento muito severo impediu que o próprio relator corrigisse alguns defeitos de redação e aceitasse sugestões como a do Deputado Guilherme de Oliveira, que, com novos argumentos, ponderou a conveniência da manutenção do imposto de "transmissão inter vivos" no Município. Tais modificações poderão ser feitas em 1966. O que, entretanto, parece-me urgente para conseguir-se a eliminação de uma rotina perniciosa é a aprovação imediata da reforma.

Com os agradecimentos de —  
Ottávio Gouvêa de Budhães.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — (Soa a campainha) — Está esgotado o tempo de que V. Exa. dispunha.

O SR. RAIMUNDO PADILHA — São estas, Sr. Presidente, as palavras do Sr. Ministro da Fazenda. Asseguro mais que não só esta, mas outra

emenda, sugerida — se não me engano — pelo Deputado Mário Covas, recebeu toda a consideração da parte do Ministro de Estado. Por conseguinte, poderemos posteriormente, primeiro, numa operação constitucional de ordem secundária ou mais tarde, por meio de lei complementar atendendo à impugnação do Deputado Guilhermino de Oliveira, em matéria de distribuição da Receita, corrigir qualquer engano. Nesta Câmara, teremos a liberdade absoluta e — vamos dizer — o patriotismo, sem quebra das nossas tendências, dos nossos compromissos regionais, sem sacrificar regiões, municípios ou Estados, de corrigir todos os equívocos por acaso existentes na emendas, os quais — como acabam de ouvir os nobres Congressistas — são de segunda monta em relação à transcendência do problema e à necessidade de sua solução imediata. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Vai ter início a votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Antunes de Oliveira, para encaminhar a votação.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA:

— Sr. Presidente, dois grupos de incentivos fiscais, com vistas ao desenvolvimento econômico regional, destacam-se, presentemente, na legislação fiscal brasileira:

a — Incentivos fiscais ao desenvolvimento do Nordeste Brasileiro;

b — Incentivos fiscais ao desenvolvimento da Amazônia Brasileira.

Assim, em termos objetivos, os incentivos tributários ao desenvolvimento do Nordeste são os concedidos à área da SUDENE; e, os referentes ao desenvolvimento da Amazônia, são os que beneficiam a área da SPVEA.

Os incentivos fiscais dados ao desenvolvimento do Nordeste Brasileiro foram regulamentados pelo Decreto nº 55.334, de 31 de dezembro de 1964, publicado no Diário Oficial da União, de 31 de dezembro de 1964.

2

Os dois grupos de incentivos fiscais referidos, constituem duas categorias:

a — Estímulos e isenções fiscais federais concedidos na área da SPVEA e SUDENE

b — Créditos e facilidades federais à industrialização, concedidos na área da SPVEA e da SUDENE

Na categoria dos estímulos e isenções fiscais federais na área da SPVEA e SUDENE estão quatro subcategorias:

1 — Isenções de Imposto de Renda e Adicionais;

2 — Deduções do Imposto de Renda e Adicionais para Investimentos;

3 — Isenção de Impostos e Taxas Federais Incidentes sobre o Aumento de Capital Resultante de Incorporação de Reservas ou de Reavaliação de Ativo;

4 — Impostos e Taxas Referentes à Importação de Equipamento.

Por outro lado, na categoria dos Créditos e Facilidades Federais à Industrialização, concedidos na área da SPVEA e da SUDENE, três subcategorias são distintas, também:

1 — FIDENE — Fundo de Desenvolvimento do Nordeste;

2 — Aval de Garantia do Tesouro Nacional;

3 — Crédito a empreendimentos nas respectivas áreas aludidas, através de entidades federais de âmbito regional.

3

Lamentavelmente, o tratamento de incentivo fiscal dado à Amazônia não foi o mesmo tratamento justo, técnico e científico, dado ao Nordeste Brasileiro.

A constatação disso salta de simples comparação dos estímulos dados a este e aquela, como pode-se exemplificar:

1º — Todos os empreendimentos novos a serem instalados na área da SUDENE, até 1968, que quaisquer dos gêneros das atividades incluídas no Plano Diretor da SUDENE, gozam de isenção de Imposto de Renda, por força do art. 13, da Lei 4.239-63, por prazo inicial de 10 anos, prorrogáveis por mais 5 anos.

Em contraposição, na área da SPVEA, apenas gozam da isenção de Imposto de Renda os empreendimentos que se destinarem ao beneficiamento ou manufatura de borracha, juta e oleaginosas, por consequência do Art. 1º da Lei nº 4.039-E-52.

2º — Todos os empreendimentos industriais e agrícolas já existentes à data da isenção fiscal estão isentos do pagamento do Imposto de Renda e Adicionais, por determinação dos Arts. 14, 15 e 16, da Lei 4.239-63. Na Amazônia, todavia, somente as indústrias químicas existentes, à época da isenção, com aproveitamento da matéria prima local, gozam do benefício fiscal de isenção do Imposto de Renda e Adicionais, segundo o Artigo 19, da Lei 3.692-59.

3º Todas as atividades incluídas no Plano da SUDENE, por força do artigo 34, da Lei 3.995-61 e dos artigos 18 a 23, da Lei 4.239-63, bem assim as obrigações do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste ou de projetos aprovados pela SUDENE, gozam de dedução do Imposto de Renda e Adicionais para investimentos na área da SUDENE.

4º Enquanto isso, apenas as industriais de interesse para o desenvolvimento da Amazônia, em termos de infra-estrutura gozam do incentivo fiscal de deduções do Imposto de Renda e Adicionais para investimentos, na área da Amazônia ou área da SPVEA.

5º Estão isentas do pagamento dos impostos e taxas de importação, para quaisquer atividades industriais incluídas no Plano Diretor da SUDENE, a importação de máquinas e equipamentos industriais, pela Lei 3.692-59, artigo 18; Lei 3.995-61, arts. 22 e 23; Lei 4.239-63 art. 52.

6º As importações de máquinas e equipamentos industriais para indústrias, todavia, não estão isentas dos Impostos e Taxas correspondentes, salvo para os serviços da própria SPVEA, segundo o art. 23, da Lei 1.336-53.

E, finalmente, quanto a Créditos e Facilidades Federais à Industrialização, concedidos nas áreas da SUDENE e da SPVEA, cabe ressaltar que:

a — Todos os empreendimentos, de qualquer gênero das atividades incluídas no Plano Diretor da SUDENE, quanto a créditos externos, tem assegurado o aval de garantia do Tesouro Nacional, por força da Lei 4.239-1964, art. 56, até o limite de US\$ 120 milhões.

b — Na Amazônia, porém, nenhuma empresa privada tem essa garantia de aval do Tesouro Nacional, uma vez que a Lei 1.505-53, pelo seu art. 15 limitou aquela garantia apenas a obras e serviço de iniciativa da própria SPVEA.

Na votação passada, isto é, no primeiro turno, o Projeto foi votado com a votação de 205 Congressistas. Chamamos a atenção da Casa para o fato de que se votassem *sim* 204 Srs. Congressistas, o projeto teria sido derrotado, inclusive com a Emenda número 23, que estende à Amazônia a legislação protetora, a mesma que se aplica ao Nordeste brasileiro. Hoje, teremos que votar *sim* com número suficiente para alcançarmos a vitória. Se não votarmos em número de 230, pelo menos de 249.

A votação favorável dos Srs. Congressistas fará justiça à Amazônia brasileira, região que precisa de proteção e amparo especiais. Que os Congressistas votem o que agora é o artigo 27 da Emenda votada em 1º turno, isto é, a Emenda Constitucional nº 19 — “São extensivos à Região Amazônica todos os incentivos fiscais, favores conditícios e demais vantagens concedidos pela legislação à Região Nordeste do Brasil”. (*Muito bem — Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho, para encaminhar a votação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para encaminhar a votação) (*Não foi revisto pelo orador*) — Senhor Presidente, declarei, no primeiro turno, que votava contra a Emenda por julgá-la precipitada. Sem condená-la, no conjunto de seus sistemas, pondero que o a falta de dados positivos, que medida desta importância não fosse, desde logo, admitida pelo Congresso, sobretudo o próprio Governo prevê sua entrada em vigor a partir de 1967.

Quando a matéria entrou em exame final no plenário na Câmara dos Deputados, o eminente Líder do Governo, Deputado Pedro Alcino, fez ponderações através das quais se percebia que, ele mesmo, reconhecia haver pontos obscuros, aspectos discutíveis no contexto da emenda. Admitiu mesmo a possibilidade de alterações para o segundo turno, se tal fosse permitido pelo Regimento.

Vê-se, ao que consta no Plenário, que tais modificações não foram encaminhadas ou não foram possíveis.

Ainda agora o ilustre relator da tribuna carta do Ministro da Fazenda, segundo a qual fica explícito que o próprio Governo reconhece a necessidade de correções na emenda.

Ora, se se trata de emenda constitucional, essas correções só poderão ser feitas por outra emenda constitucional, o que obviamente não é fácil.

Tudo, pois, inclusive a palavra oficial recomendava e recomenda que essa emenda não se incorpore, desde já, à Constituição.

E é nesta conformidade que lhe negarei o meu voto. (*Muito bem! muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Deputado Pedro Alcino, Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

O SR. PEDRO ALEIXO:

(Para encaminhar a votação) — (*Não foi revisto pelo orador*) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas, depois do encaminhamento da votação mundo Padilha, relator da matéria, e da leitura da carta do Sr. Ministro da Fazenda, creio que foi cumprido o compromisso por mim assumido perante esta Casa.

Nestas condições, podemos convir em que o Lenhores Senadores e os Senhores Deputados votem a emenda como tem a oportunidade o próprio Congresso, na legislação complementar, de introduzir todas as modificações que estão sendo reclamadas para que se torne exequível a transformação da competência tributária.

Sr. Presidente, é importante se ressaite aqui ainda uma vez que estamos fazendo reforma sobre competência tributária. A emenda que acaba de ser anunciada, em vias de votação, poderá sem dúvida alguma ser executada somente depois da legislação complementar.

Nestas condições, por mais respeitáveis que sejam os escrúpulos dos adversários da emenda, podem eles ficar certos de que esses escrúpulos serão atendidos no momento em que se cogitar de introduzir, neste País, a profunda transformação pela qual todos os entendidos anseiam. (*Muito bem! Muito bem. Palmas!*)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se passar à votação. Ela se iniciará pelo Senado Federal. Votará, em primeiro lugar, o Líder do Governo é, em seguida, os Senhores Senadores, de Sul para Norte.

(O Sr. 1º Secretário inicia a chamada)

RESPONDEM “SIM” OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena.  
José Guimard.  
Vivaldo Lima.  
Edmundo Levy.  
Zacharias de Assumpção.  
Moura Palha.  
Eugênio Barros.  
Sebastião Archer.  
Victorino Freire.  
Joaquim Parente.  
José Cândido.  
Siegfredo Pacheco.  
Menezes Pimentel.  
Wilson Gonçalves.  
Dix-Huit Rosado.  
Dinarte Mariz.  
Ruy Carneiro.  
Silvestre Pericles.  
Rui Palmenra.  
Arnon de Melo.  
Heribaldo Vieira.  
Júlio Leite.  
José Leite.  
Eurico Rezende.  
Raul Giuberti.  
Milton Campos.  
Benedicto Valladares.  
Jose Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Filinto Müller.  
Bezerra Neto.  
Nelson Maculan.  
Adolpho Franco.  
Irineu Bornhausen.  
Antônio Carlos.  
Guido Mondin.  
Daniel Krieger.  
Mora de Sá.

RESPONDEM “NÃO” OS SENHORES SENADORES:

Cattete Pinheiro.  
Argemiro de Figueiredo.  
Barros Carvalho.  
Pessoa de Queiroz.  
Josaphat Marinho.  
Aurélio Vianna.  
Nogueira da Gama.  
Linc de Mattos.  
Abstem-se de votar o Sr. Senador:  
Oscar Passos.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vou proclamar o resultado alcançado no Senado. Responderam “sim” 33 Srs. Senadores; 2 Srs. Senadores, “não”; houve uma abstenção.

A emenda foi aprovada no Senado Federal. (*Pausa*)

Antes de ver votada na Câmara dos Deputados, desejo informar aos Srs. Congressistas que, se a Câmara aprovar a emenda, é intenção da Presidência convocar o Congresso Nacional imediatamente após o encerramento da votação, na Câmara dos Deputados, para nova sessão conjunta destinada à promulgação da Emenda. Os Srs. Congressistas têm presente que hoje é o último dia da Sessão Legislativa.

Vai-se proceder à chamada dos Senhores Deputados. Ela será feita da Norte para Sul.

O SR. RUI SANTOS:

(Pela ordem) — Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Santos.

O SR. RUI SANTOS:

(Pela ordem) — Senhor Presidente realmente a votação tem de ser feita de Norte para Sul. Consultaria apenas a V. Exª se o Deputado Carneiro de Loria que é do Sul e tem que apunhar a avião, poderia dar agora o seu voto.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. Deputado Carneiro Loyola votará em, seguida ao Senhor Líder do Governo. O SR. CARNEIRO LOYOLA — Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência agradece ao Deputado Nilo Coelho a sua presença na Secretaria, demonstrando assim que ele coloca suas preocupações quanto aos problemas do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados acima de quaisquer contingências porventura ocorridas. (*Palmas*)

C Sr. 1º Secretário pode iniciar a chamada.

(Procede-se à chamada)

Respondem “Sim” os Srs. Deputados:

Acre:

Altino Machado.  
Armando Leite.  
Geraldo Merquita.  
Jorge Ealume.  
Mário Maia.  
Rui Lino.  
Wanderley Dantas.

Amazonas:

Abraão Sabbá.  
Antunes de Oliveira.  
Djalma Passos.  
José Esteves.  
Leopoldo Pires.  
Paulo Coelho.  
Wilson Calmon.

Para:

Armando Corrêa.  
Buriamaqui de Miranda.

Carvalho da Silva — (4-12-65).  
Epilogo de Campos.  
Lopo Castro.  
Stello Maroja.  
Waldemar Guimarães.

#### Maranhão:

Alexandre Costa.  
Clodomir Millet.  
Eurico Ribeiro.  
Henrique La Rocque.  
Ivar Saldanha.  
Joel Barbosa.  
José Burnett.  
José Sarney.  
Lister Caldas.  
Luiz Coelho.  
Mattos Carvalho.  
Pedro Braga.

#### Piauí:

Dyrno Pires.  
Ezequias Costa.  
Gayoso e Almeida.  
Heitor Cavalcanti.  
João Mendes Olimpio.  
Moura Santo.

#### Ceará:

Alfredo Barreira — (18-1-66).  
Alvaro Lins.  
Dager Serra — (11-3-66).  
Euclides Wicar.  
Flávio Marcílio.  
Furtado Leite.  
Leão Sampaio.  
Lourenço Colares — (10-12-65).  
Ossian Araripe.  
Paulo Sarasate.  
Ubirajara Ceará.  
Wilson Roriz — (24-4-66).

#### Rio Grande do Norte:

Aluísio Bezerra.  
Djalma Marinho.  
Jesse Freire.  
Vingt Rosado.

#### Paraíba:

Flaviano Ribeiro.  
Jandui Carneiro.  
João Fernandes.  
Luiz Bronzeado.  
Milton Cabral.  
Plínio Lemos.  
Teotônio Neto.

#### Pernambuco:

Aderbal Jurema.  
Andrade Lima Filho.  
Arruda Câmara.  
Augusto Novais.  
Aurino Valois.  
Bezerra Leite.  
Clodomir Leite.  
Costa Cavalcanti.  
Dias Lins.  
Geraldo Guedes.  
Heráclio Régio.  
João Cleofas.  
José Carlos Guerra.  
José Meira.  
Luiz Pereira.  
Magalhães Melo.  
Milverson Lima.  
Nilo Coelho.  
Souto Maior.  
Tabosa de Almeida.

#### Alagoas:

Abrahão Moura.  
Aloysio Nonô.  
Ary Pitombo.  
Medeiros Neto.  
Oceano Carleial.  
Oseas Cardoso.  
Pereira Lúcio.  
Segismundo Andrade.

#### Sergipe:

Arnaldo Garcez.  
Lourival Batista.  
Machado Rollemberg.  
Walter Batista.

#### Bahia:

Aloysio Short — (4-12-65).  
Antonio Carlos Magalhães.  
Cícero Dantas.

Edvaldo Flores — (4-12-65).  
Gastão Pedreira.  
Heitor Dias.  
João Alves.  
Luna Freire.  
Manoel Novais.  
Necy Novais.  
Raimundo Brito.  
Ruy Santos.  
Teófilo de Albuquerque.  
Tourinho Dantas.  
Vasco Filho.

#### Espírito Santo:

Argilano Lario.  
Dirceu Cardoso.  
Dulcino Monteiro.  
Floriano Rubin.  
Gil Veloso.  
João Calmon.  
Oswaldo Zanillo.  
Raymundo de Andrade.

#### Rio de Janeiro:

Adolpho Oliveira.  
Afonso Celso.  
Bernardo Belo.  
Carlos Werneck.  
Daso Coimbra.  
Edésio Nunes.  
Geremias Fontes.  
Getúlio Moura.  
Heli Ribeiro.  
Mario Tamborindeguy.  
Raymundo Padua.  
Roberto Saturnino.

#### Guanabara:

Adauto Cardoso.  
Aguinaldo Costa.  
Arnaldo Nogueira.  
Aureo Melo.  
Baeta Neves.  
Benjamin Farah.  
Cardoso de Menezes.  
Chagas Freitas.  
Eurico Oliveira.  
Expedito Rodrigues.  
Hamilton Nogueira.

#### Minas Gerais:

Aécio Cunha.  
Aminias de Barros.  
Austregesilo de Mendonça.  
Bias Fortes.  
Bilac Pinto.  
Cyril Maciel (S. E.).  
Dnar Mendes.  
Elias Carmo.  
Francelino Pereira.  
Geraldo Freire.  
Guilhermino de Oliveira.  
Horácio Benachico.  
Jaeder Albergaria.  
José Bonifácio.  
José Humberto — (S. E.).  
Leopoldo Maciel — (S. E.).  
Manoel de Almeida.  
Manoel Taveira.  
Nogueira de Rezende.  
Ormeo Botelho.  
Ovidio de Abreu.  
Ozanam Coelho.  
Padre Nobre.  
Paulo Freire.  
Pedro Aleixo.  
Ultimo de Carvalho.

#### São Paulo:

Adrião Bernardes.  
Aniz Badra.  
Batista Ramos.  
Campos Vergal.  
Cunha Bueno.  
Dervilho Alegretti.  
Ewáldo Pinto.  
Hary Normaton.  
Hamilton Prado.  
Herbert Levy.  
José Menck.  
Lauro Cruz.  
Luiz Francisco.  
Maurício Goulart.  
Milo Cammarosano.  
Nicolau Tuma.  
Ortiz Monteiro.  
Padre Godinho.  
Pereira Lopes.  
Pinheiro Brisolla.

Sussumu Hirata.  
Yukishige Tamura.

#### Goiás:

Anísio Rocha.  
Benedito Vaz.  
Castro Costa.  
Celestino Filho.  
Emival Calado.  
Geraldo de Pina.  
Haroldo Duarte.  
Jales Machado.  
Lisboa Machado.  
Ludovico de Almeida.  
Rezerde Monteiro.

#### Mato Grosso:

Correia da Costa.  
Edison Garcia.  
Miguel Marcondes.  
Philadelpho Garcia.  
Rachid Mamed.  
Saldanha Derzi.  
Wilson Martins.

#### Paraná:

Antônio Annibelli.  
Antônio Baby.  
Braga Ramos.  
Elias Nacle.  
Emílio Gomes.  
Fernando Gama.  
Hermes Macedo.  
Ivan Lutz.  
João Ribeiro.  
José Richa.  
Lyrio Bertolli.  
Mala Neto.  
Mário Gomes.  
Minoru Miyamoto.  
Newton Carneiro.  
Plínio Costa.  
Wilson Chedid.  
Zacarias Selema.

#### Santa Catarina:

Albino Zeri.  
Aroldo Carvalho.  
Carneiro de Loyola.  
Laerte Vieira.  
Lenoir Vargas.  
Pedro Zimmermann.

#### Rio Grande do Sul:

Afonso Anschau.  
Antônio Bresolin.  
Ary Alcântara.  
Brito Veibo.  
Cid Furtado.  
Clovis Pestana.  
Croacy de Oliveira.  
Euclides Triches.  
Jairo Brum.  
José Mandelli.  
Marcial Terra — (M. E.).  
Milton Cassel — (S. E.).  
Norberto Schmidt.  
Peracchi Barcelos.  
Ruben Alves.  
Tarso Dutra.

#### Amapá:

Janary Nunes.

#### Rondônia:

Hegel Morhy.

#### Roraima:

Francisco Elesbão (249).

### RESPONDEM "NÃO" OS SENHORES DEPUTADOS:

#### Pará:

João Menezes.

#### Maranhão:

Renato Archer.

#### Ceará:

Edilson Melo Távora.  
Martins Rodrigues.  
Paes de Andrade.

#### Paraíba:

Arnaldo Lafayette.  
Humberto Lucena.

#### Pernambuco:

Alde Sampaio.  
Oswaldo Lima Figue.

#### Sergipe:

José Carlos Teixeira.

#### Bahia:

Aloísio de Castro.  
Clemens Sampaio.  
Henrique Lima.  
Josaphat Borges.  
Mário Piva.  
Nonato Marques.  
Oliveira Brito.  
Pedro Catalão.  
Regis Pacheco.  
Vieira de Melo.  
Wilson Falcão.

#### Rio de Janeiro:

Adahuri Fernandes.  
Amaral Peixoto.  
Ario Teodoro.  
Jorge Said-Cury.

#### Guanabara:

Afonso Arinos Filho.  
Nelson Carneiro.

#### Minas Gerais:

Abel Rataei.  
Carlos Murilo.  
João Hercúlio.  
Milton Reis.  
Padre Vidigal.  
Renato Azeredo.  
Tancredo Neves.

#### São Paulo:

Amaral Furlan.  
Antônio Feliciano.  
Athé Coury.  
Carvalho Sobrinho.  
Celso Amaral.  
Condeixa Filho.  
Dias Menezes.  
Franco Montoro.  
Italo Pittipaldi.  
Ivete Vargas.  
José Barbosa.  
José Resegue.  
Levy Tavares.  
Mário Covas.  
Pacheco Chaves.  
Paulo Laro.  
Pedro Mauro.  
Plínio Sagado.  
Teófilo Andrade.  
Ulysses Guimarães.

#### Paraná:

Renato Celidônio.

#### Santa Catarina:

Antônio Almeida.  
Doutel de Andrade.  
Orlando Bertoli.  
Osni Regis.  
Paulo Macarini.

#### Rio Grande do Sul:

Adílio Viana.  
Cesar Prieto.  
Flóres Soares.  
Floriano Paixão.  
Giordano Alves.  
Lino Braun.  
Matheus Schmidt.  
Osmar Grafuha.  
Victor Issler.  
Zaire Nunes — 71.

Abstém-se de votar os Senhores Deputados:

Chagas Rodrigues.  
Breno da Silveira.  
Noronha Filho.  
Waldir Simões.  
Germival Feijó (5).

### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Antes de anunciar o resultado da votação, comunico que se acham sobre a mesa declarações de voto dos Senhores Deputados José Mandelli.



Dario, Millo Cammarosano, e Aureo Melo. Essas declarações de voto serão publicadas.

São lidas as seguintes:

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

O deputado que esta subscreve, da representação do Rio Grande do Sul, faz declaração de voto a Emenda Constitucional número dezoito (18) de 1965, pois que, referida emenda vem ao encontro das classes trabalhadores nacionais pela isenção outorgada aos gêneros de primeira necessidade que não serão tributados.

Estende, ainda, a emenda referida, à região Amazônica, os favores fiscais e creditícios e demais vantagens concedidos pela legislação à Região Nordeste do Brasil.

É a declaração de voto.

Brasília, em 1º de dezembro de 1965.  
— José Mandelli.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Na primeira votação desta Emenda votei "não" julgando que minha reformulação viesse a prejudicar o Estado e eminha Representação, corrente assim com os meus pronunciamentos anteriores.

Nesta segunda votação, após mais detido exame e análise do conteúdo da matéria, verifico que os municípios e os Estados do porte do que represento não sofrerão a redução que antes se estimava em suas rendas.

Assim, e por que minha oposição ao Governo não tem o sentido sistemático, reformulo o voto anterior para votar "sim".

Plenário do Congresso, em 1 de dezembro de 1965. — Argilano Dario.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Tendo merecido aprovação a emenda número 18, ao artigo 13, aumentando, consideravelmente, a participação dos municípios na repartição das rendas públicas (de vinte para trinta por cento) consideramos atendidas reivindicações do movimento municipalista que sustentou a tese do fortalecimento de economia comunal. Outrossim, as considerações formuladas pelo nobre líder da maioria, Deputado Pedro Aleixo, confirmando, integralmente a exposição do relator, Deputado Raimundo Padilha — ambas declarações revelando o compromisso governamental de encaminhar, incontinenti, ao Congresso Nacional, leis complementares que corrigirão alguns pontos menos claros da emenda ora em votação e já aprovada em primeiro turno, deliberamos votar favoravelmente a matéria.

Por outro lado a reforma eliminará a atual discriminação do artigo 20 da Constituição Federal, em oferecendo tratamento paritário a todos os municípios, inclusive os das capitais.

Nessa decisão inspira-se em exame consciente do problema da reformulação do capítulo discriminatório das rendas públicas.

Aliás, nossa divergência inicial situava-se em detalhes já que nunca deixamos de reconhecer a imperiosa necessidade de adaptação da Constituição no setor tributário à nova fase de desenvolvimento econômico do País.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 1965. — Millo Cammarosano. — Antz Badra. — Derville Alegrete. — Ewald Pinto. — Luiz Francisco. — Cunha Bueno. — Nicolau Tuma.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Os Deputados infra-assinados, representantes do Estado da Guanabara, declaram voto a favor da Emenda Constitucional número 8, e das subemendas aprovadas pela Comissão

Mista que estudou a matéria, pelas razões abaixo mencionadas:

a) Instituição da isenção total dos impostos para os gêneros de primeira necessidade, medida que favorece ao consumidor guanabarrino, especialmente àquela pertencente às camadas mais sofridas da população da nossa Unidade Federativa, e que, por isso mesmo não poderia deixar de merecer a nossa aprovação;

b) A subemenda número 28, aprovada pela Comissão Mista, estende à Amazônia um conjunto de incentivos fiscais e tributários, que apressará a integração daquela esquecida região à economia nacional, evitando que o vazão ali existente estimule a cobiça estrangeira — motivo pelo qual, por imperativo patriótico, não podemos deixar de aprovar a Emenda número 8, pois a sua derrubada implicaria, consequentemente, na rejeição da referida subemenda.

Brasília, 1º de dezembro de 1965. — Aurco Melo. — Noronha Filho. — Eurico de Oliveira. — Benjamin Farah. — Baeta Neves. — Expedito Rodrigues. — Waldyr Simões.

#### O SR. PRESIDENTE.

(Moura Anarade) — O resultado da votação foi o seguinte: Votaram "sim" 249 Senhores Deputados; votaram "não" 71 Senhores Deputados; houve 5 abstenções.

A emenda foi aprovada com o quorum exigido.

Antes de encerrar a sessão, convoco os Senhores Congressistas para uma sessão conjunta, a realizar-se às 12:30 horas, para o fim de ser promulgada a Emenda Constitucional que acaba de ser aprovada.

Nada mais havendo que tratar, está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 13 horas e 25 minutos.

#### EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 18

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do artigo 217, § 4º, da Constituição, a seguinte Emenda Constitucional:

#### CAPÍTULO I

##### Disposições Gerais

Art. 1º O sistema tributário nacional compõe-se de impostos, taxas e contribuições de melhoria, e é regido pelo disposto nesta Emenda, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal, e, nos limites das respectivas competências, em lei federal, estadual ou municipal.

Art. 2º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — instituir ou majorar tributo sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos nesta Emenda;

II — cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda, com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;

III — estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;

IV — cobrar impostos sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou serviços de Partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar;

d) o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

§ 1º O disposto na letra a do nº IV é extensivo às autarquias, tão-somente no que se refere ao patrimônio, à

renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

§ 2º O disposto na letra a, do nº IV, não é extensivo aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente no que se refere aos tributos de sua competência, ressalvados os serviços públicos federais concedidos, cuja isenção geral de tributos pode ser instituída pela União, por meio de lei especial e tendo em vista o interesse comum.

Art. 3º É vedado:

I — à União, instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município;

II — aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

Art. 4º Somente a União, em casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios.

#### CAPÍTULO II

##### Dos Impostos

##### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 5º Os impostos componentes do sistema tributário nacional são exclusivamente os que constam desta Emenda, com as competências e limitações nela previstas.

Art. 6º Competem:

I — ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios;

II — à União, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados, e, se aqueles não forem divididos em Municípios, cumulativamente os atribuídos a estes.

##### Seção II

##### Impostos sobre o Comércio Exterior

Art. 7º Compete à União:

I — o imposto sobre a importação de produtos estrangeiros;

II — o imposto sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados.

§ 1º O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo dos impostos a que se refere este artigo, a fim de ajustá-los aos objetivos da política cambial e de comércio exterior.

§ 2º A receita líquida do imposto a que se refere o número II deste artigo destina-se à formação de reservas monetárias, na forma da lei.

##### Seção III

##### Impostos sobre o Patrimônio e a Renda

Art. 8º Competem à União:

I — o imposto sobre a propriedade territorial rural;

II — o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 9º Compete aos Estados o imposto sobre a transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definido em lei, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.

§ 1º O imposto incide sobre a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos neste artigo.

§ 2º O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos neste artigo, para sua incorporação ao capital de pessoas jurídicas, salvo o daquelas cuja atividade preponderante, como definida em lei

complementar, seja a venda ou a locação da propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 3º O imposto compete ao Estado da situação do imóvel sobre que versar a mutação patrimonial, mesmo que esta decorra de sucessão aberta no estrangeiro.

§ 4º A alíquota do imposto não excederá limites fixados em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar, e o seu montante será dedutível do devido à União, a título do imposto de que trata o artigo 8º, número II, sobre o provento decorrente da mesma transmissão.

Art. 10. Compete aos Municípios o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

#### Seção IV

##### Impostos sobre a Produção e a Circulação

Art. 11. Compete à União o imposto sobre produtos industrializados.

Parágrafo único. O imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos, e não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, o montante cobrado nos anteriores.

Art. 12. Compete aos Estados o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por comerciantes, industriais e produtores.

§ 1º A alíquota do imposto é uniforme para todas as mercadorias, não excedendo, nas operações que as destinem a outro Estado, o limite fixado em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar.

§ 2º O imposto é não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, nos termos do disposto em lei complementar, o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou por outro Estado, e não incidirá sobre a venda a varejo, diretamente ao consumidor, de gêneros de primeira necessidade, definidos como tais por ato do Poder Executivo Estadual.

Art. 13. Compete aos Municípios cobrar o imposto referido no artigo anterior, com base na legislação estadual a ele relativa, e por alíquota não superior a 30% (trinta por cento) da instituída pelo Estado.

Parágrafo único. A cobrança prevista neste artigo é limitada às operações ocorridas no território do Município, mas independente da efetiva arrecadação, pelo Estado, do imposto a que se refere o artigo anterior.

Art. 14. Compete à União o imposto:

I — sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários;

II — sobre serviços de transportes e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal.

§ 1º O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, nos casos do número I deste artigo, a fim de ajustá-los aos objetivos da política monetária.

§ 2º A receita líquida do imposto, nos casos do número I deste artigo, destina-se à formação de reservas monetárias.

Art. 15. Compete aos Municípios o imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.

Parágrafo único. Lei complementar estabelecerá critérios para distinguir as atividades a que se refere este artigo das previstas no artigo 12.

## Seção V

## Impostos Especiais

Art. 16. Compete à União o imposto sobre:

I — produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de combustíveis e lubrificantes líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza;

II — produção, importação, distribuição ou consumo de energia elétrica;

III — produção, circulação ou consumo de minerais do País.

Parágrafo único. O imposto incide, uma só vez, sobre uma dentre as operações previstas em cada inciso deste artigo e exclui quaisquer outros tributos, sejam quais forem sua natureza ou competência, incidentes sobre aquelas operações.

Art. 17. Compete à União, na iminência ou no caso de guerra externa, instituir, temporariamente, impostos extraordinários, compreendidos ou não no enquadramento constante dos artigos 8º e 16, suprimidos, gradualmente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.

## CAPÍTULO III

## Das Taxas

Art. 18. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, cobrar taxas em função do exercício regular do poder de polícia, ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Parágrafo único. As taxas não terão base de cálculo idêntica à que corresponda a imposto referido nesta Emenda.

## CAPÍTULO IV

## Das Contribuições de Melhoria

Art. 19. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, cobrar contribuição de melhoria para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

## CAPÍTULO V

## Das Distribuições de Receitas Tributárias

Art. 20. Serão distribuídos pela União:

I — aos Municípios, da localização dos imóveis, o produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 9º, número I;

II — Aos Estados e aos Municípios, o produto da arrecadação, na fonte, do imposto a que se refere o artigo 8º, número II, incidente sobre a renda das obrigações de sua dívida pública e sobre os proventos dos seus servidores e dos de suas autarquias.

Parágrafo único. As autoridades arrecadoras dos tributos a que se refere este artigo farão entrega aos Estados e Municípios das importâncias recebidas correspondentes a estes impostos, à medida em que forem sendo arrecadadas, independentemente da ordem das autoridades superiores, em prazo não maior de trinta dias, a contar da data do recolhimento dos mesmos tributos, sob pena de demissão.

Art. 21. Do produto da arrecadação dos impostos a que se referem o artigo 8º, número II, e o artigo 11, 80% (oitenta por cento) constituem receita da União e o restante distribuir-se-á à razão de 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e 10% (dez por

cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

§ 1º A aplicação dos Fundos previstos neste artigo será regulada por lei complementar, que contereá ao Tribunal de Contas da União o cálculo e a autorização do pagamento das quotas a cada entidade participante, independentemente de autorização orçamentária ou de qualquer outra formalidade, efetuando-se a entrega, mensalmente, através dos estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 2º Do total recebido nos termos do parágrafo anterior, cada entidade participante destinará obrigatoriamente 50% (cinquenta por cento), pelo menos, ao seu orçamento de capital.

§ 3º Para os efeitos de cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação exclui-se, do produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 8º, número II, a parcela distribuída nos termos do artigo 20, número II.

Art. 22. Sem prejuízo do disposto no artigo 21, os Estados e Municípios que celebrem com a União convênios destinados a assegurar ampla e eficiente coordenação dos respectivos programas de investimentos e serviços públicos, especialmente no campo da política tributária, poderão articular de até 10% (dez por cento) da arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, proveniente do imposto referido no artigo 8º, número II, incidente sobre o rendimento das pessoas físicas, e no artigo 11, excluído o incidente sobre fumo e bebidas alcoólicas.

Art. 23. De produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 13 serão distribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios 60% (sessenta por cento) do que incidir sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes e energia elétrica, e 90% (noventa por cento) do que incidir sobre operações relativas a minerais do País.

Parágrafo único. A distribuição prevista neste artigo será regulada em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar, proporcionalmente a superfície e à população das entidades beneficiadas, e à produção e ao consumo, nos respectivos territórios, dos produtos a que se refere o imposto.

Art. 24. A lei federal pode contereá aos Estados, ao Distrito Federal, ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos, de competência da União, cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à arrecadação dos impostos de competência dos Estados, cujo produto estes venham a distribuir, no todo ou em parte, aos respectivos Municípios.

## CAPÍTULO VI

## Disposições Finais e Transitórias

Art. 25. Ressalvado o disposto no artigo 26 e seus parágrafos, ficam revogados ou substituídos pelas disposições desta Emenda o artigo 15 e seus parágrafos, o artigo 16, o artigo 17, o artigo 19 e seus parágrafos, o artigo 21, o § 4º do artigo 28, o artigo 27, o artigo 29 e seu parágrafo único os números I e II do artigo 30 e seu parágrafo único, o artigo 32, o § 34 do artigo 141, o artigo 202 e o artigo 203 da Constituição, o artigo 5º da Emenda Constitucional número 3, a Emenda Constitucional número 5 e os artigos 2º e 3º da Emenda Constitucional número 10.

Art. 26. Os tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigentes à data da promulgação desta Emenda, salvo o imposto de exportação, poderão continuar a ser cobrados até 31

de dezembro de 1966, devendo, nesse prazo, ser revogados, alterados ou substituídos por outros, na conformidade do disposto nesta Emenda.

§ 1º A lei complementar poderá estabelecer que as alterações e substituições tributárias, na conformidade do disposto nesta Emenda, entrem gradualmente em vigor nos exercícios de 1967, 1968 e 1969.

§ 2º O artigo 20 da Constituição ficará revogado, em relação a cada Estado, na data da entrada em vigor da lei que não instituir o imposto previsto no artigo 12 desta Emenda.

§ 3º Entrará em vigor a 1º de janeiro do ano seguinte ao da promulgação desta Emenda o disposto no artigo 7º, número II, no seu § 2º, e, quanto ao imposto de exportação, o previsto no seu § 1º.

Art. 27. São extensivos, à Região Amazônica todos os incentivos fiscais, favores creditícios e demais vantagens concedidas pela legislação à Região Nordeste do Brasil.

Brasília, de novembro de 1965. — A MESA DA CÂMARA — *Elisac Pinto*, Presidente. — *Baptista Ramos*, 1º Vice-Presidente. — *Mário Gomes*, 2º Vice-Presidente. — *Nilo Coelho*, 1º Secretário. — *Henrique La Rocque*, 2º Secretário. — *Emílio Gomes*, 3º Secretário. — *Nogueira de Rezende*, 4º Secretário. — A MESA DO SENADO — *Auro Moura Andrade*, Presidente. — *Camillo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente. — *Dinarte Mariz*, 1º Secretário. — *Adalberto Sena*, 2º Secretário em exercício. — *Joaquim Parente*, 3º Secretário em exercício. — *Guido Mondin*, 4º Secretário em exercício.

## ATA DA SESSÃO SOLENE DESTINADA A PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 18, EM 1º DE DEZEMBRO DE 1965.

### PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE

Compõem a Mesa os Srs. *Auro Moura Andrade*, Presidente do Congresso Nacional. — *Elisac Pinto*, Presidente da Câmara dos Deputados. — Senadores *Adalberto Sena*, *Cattete Pinheiro* e *Guido Mondin*.

As 13 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores

Senadores:

*Adalberto Sena*, *José Guionard*, *Oscar Passos*, *Vivaldo Lima*, *Edmundo Levi*, *Arthur Virgílio*, *Zacharias de Assumpção*, *Cattete Pinheiro*, *Moura Palha*, *Eugênio Barros*, *Sebastião Archer*, *Victorino Freire*, *Joaquim Parente*, *José Cândido*, *Sigefredo Pacheco*, *Menezes Pimental*, *Wilson Gonçalves*, *Dix-Huit Rosado*, *Dinarte Mariz*, *Ruy Carneiro*, *Argemiro de Figueiredo*, *Barros Carvalho*, *Pessoa de Queiroz*, *Silvestre Pérciles*, *Rui Palmeira*, *Arnou de Melo*, *Heribaldo Vieira*, *Júlio Leite*, *José Leite*, *Josaphat Marinho*, *Eurico Rezende*, *Raul Guberti*, *Aurélio Viana*, *Milton Campos*, *Benedicto Valladares*

*Nogueira da Gama*, *Lino de Mattos*, *Moura Andrade*, *José Feliciano*, *Pedro Ludovico*, *Filinto Muller*, *Bezerra Neto*, *Nelson Maculan*, *Adolpho Franco*, *Irineu Bornhausen*, *Antônio Carlos*, *Guido Mondin*, *Daniel Krieger*

E os Srs. Deputados:

Acre

*Altino Machado*, *Armando Leite*, *Geraldo Mesquita*, *Jorge Kalume*, *Mário Maia*, *Rui Lino*, *Wanderley Dantas*

Amazonas

*Abraão Sabbá*, *Antunes de Oliveira* (23-4-66), *Djalma Passos*, *José Esteves*, *Leopoldo Peres*, *Paulo Coelho*, *Wilson Calmon*

Pará

*Armando Corrêa*, *Burlamaqui de Miranda*, *Carvalho da Silva* (4-12-65), *Epilogo de Campos*, *Gilberto Campelo Azevedo*, *João Menezes*, *Lopo Castro*, *Stênio Maroja*, *Waldemar Guimarães*

Maranhão

*Alexandre Costa*, *Cid Carvalho*, *Clodomir Millet*, *Eurico Ribeiro*, *Henrique La Rocque*, *Ivar Saldanha*, *Joel Barbosa*, *José Burnett*, *José Sarney*, *Lister Caldas*, *Luiz Coelho*, *Mattos Carvalho*, *Pedro Braga*, *Renato Archer*

Piauí

*Chagas Rodrigues*, *Dyrno Pires*, *Ezequias Costa*, *Gayoso e Almendra*, *Heitor Cavalcanti*, *João Mendes Olimpio*, *Moura Santos*

Ceará

*Alfredo Barreira* (18-1-65), *Alvaro Lins*, *Dager Serra* (11-3-66), *Edison de Melo Távora*, *Esmerino Arruda*, *Euclides Wicar*, *Flávio Mareflio*, *Furtado Leite*, *Leão Sampaio*, *Lourenço Colares* (10-12-65), *Martins Rodrigues*, *Paes de Andrade*, *Paulo Sarasate*, *Ubirajara Ceará* (21-4-66), *Wilson Roriz*

Rio Grande do Norte

*Aluisio Bezerra*, *Clóvis Motta*, *Djalma Marinho*, *Jessé Freire*, *Vingt Rosado*

Paraíba

*Arnaldo Lafayette*, *Flaviano Ribeiro*, *Humberto Lucena*, *Jandui Carneiro*, *João Fernandes*

Luiz Bronzeado  
Milton Cabral  
Plínio Lemos  
Teotônio Neto

Pernambuco

Aderbal Jurema  
Alde Sampaio  
Andrade Lima Filho  
Arruda Câmara  
Augusto Novaes  
Aurino Valois  
Bezerra Leite  
Clodomir Leite  
Costa Cavalcanti  
Dias Lins  
Geraldo Guedes  
Heráclio Régio  
João Cleofas  
José Carlos Guerra  
José Meira  
Luiz Pereira  
Milvernes Lima  
Nilo Coelho  
Oswaldo Lima Filho  
Soutor Maior  
Tabosa de Almeida

Alagoas

Abrahão Moura  
Aloysio Nonô  
Ary Pitombo  
Medeiros Neto  
Oceano Carleial  
Oséas Cardoso  
Pereira Lúcio  
Segismundo Andrade

Sergipe

Arnaldo Garcez  
José Carlos Teixeira  
Lourival Batista  
Machado Rollemberg  
Walter Batista

Bahia

Aloysio Short (4-12-65)  
Antônio Carlos Magalhães  
Aloisio de Castro  
Clemens Sampaio  
Edvaldo Flores (4-12-65)  
Gastão Pedreira  
Heitor Dias  
Henrique Lima  
João Alves  
Josaphat Azevedo  
Josaphat Borges  
Luna Freire  
Manoel Novaes  
Mario Piva  
Necy Novaes  
Nonato Marques  
Oliveira Brito  
Pedro Catalão  
Raimundo Brito  
Regis Pacheco  
Ruy Santos  
Teódulo de Albuquerque  
Tourinho Dantas  
Vasco Filho  
Vieira de Melo  
Wilson Falcão

Espírito Santo

Argilano Dario  
Dirceu Cardoso  
Dulcino Monteiro  
Florianio Rubin  
Gil Veloso  
João Calmon  
Oswaldo Zanello  
Raymundo de Andrade

Rio de Janeiro

Adahuri Fernandes (25-3-66)  
Adolpho Oliveira  
Afonso Celso  
Amaral Peixoto  
Ario Teodoro  
Bernardo Bello  
Carlos Werneck  
Dado Coimbra  
Edésio Nunes  
Geremias Fontes  
Getúlio Moura  
Heil Ribeiro  
Jorge Said-Cury (4-12-65)  
Mario Tamborindeguy  
Raymundo Padilha  
Roberto Saturnino

Guanabara

Adauto Cardoso  
Afonso Arinos Filho (M.E.)  
Aguinaldo Costa  
Arnaldo Nogueira  
Aureo Melo  
Baeta Neves  
Benjamin Farah  
Breno da Silveira  
Cardoso de Menezes  
Chagas Freitas  
Eurico Oliveira  
Exedito Rodrigues  
Hamilton Nogueira  
Nelson Carneiro  
Noronha Filho  
Waldir Simões

Minas Gerais

Abel Rafael  
Aécio Cunha  
Amintas de Barros  
Austregesilo de Mendonça  
Bento Gonçalves  
Bias Fortes  
Bilac Pinto  
Carlos Murilo  
Celso Murta  
Celso Passos  
Cyrro Maciel (S.E.)  
Dnar Mendes  
Elias Carmo  
Francelino Pereira  
Geraldo Freire  
Guilhermino de Oliveira  
Horácio Bethônico  
Jaeder Albergaria  
João Hercúlio  
José Bonifácio  
José Humberto (S.E.)  
Leopoldo Maciel (S.E.)  
Manoel de Almeida  
Manoel Taveira  
Milton Reis  
Maurício de Andrade  
Nogueira de Rezende  
Ormeo Botelho  
Ovidio de Abreu  
Ozanam Coelho  
Padre Nobre  
Padre Vidigal  
Paulo Freire  
Pedro Aleixo  
Pinheiro Chagas  
Renato Azeredo  
Simão da Cunha  
Tancredo Neves  
Ultimo de Carvalho  
Walter Passos

São Paulo

Adrião Bernardes  
Amaral Furlan  
Aniz Badra  
Antônio Feliciano  
Athlé Coury  
Batista Ramos  
Broca Filho  
Campos Vergal  
Carvalho Sobrinho  
Celso Amaral  
Condeixa Filho (S.E.)  
Cunha Bueno  
Dias Menezes  
Derville Alegratti  
Ewaldto Pinto  
Franco Montoro  
Germinal Feijó  
Harry Normaton  
Hamilton Prado  
Herbert Levy  
Italo Fittipaldi (S.E.)  
Ivete Vargas  
José Barbosa  
José Menck  
José Resegue  
Lauro Cruz  
Levy Tavares  
Luiz Francisco  
Mario Covas  
Maurício Goulart  
Millo Cammarosano  
Nicolau Tuma  
Ortiz Monteiro  
Pacheco Chaves  
Paulo Lauro (112-65)  
Pedro Marão  
Pereira Lopes  
Pinheiro Brisolla  
Plínio Salgado

Sussumu Hirata  
Teófilo Andrade  
Ulysses Guimarães  
Yukishigue Tamura

Goias

Anísio Rocha  
Benedito Vaz  
Castro Costa  
Celestino Filho  
Emival Caiado  
Geraldo de Pina  
Haroldo Duarte  
Jales Machado  
Lisboa Machado  
Ludovico de Almeida  
Rezende Monteiro

Mato Grosso

Correa da Costa  
Edison Garcia  
Miguel Marcondes  
Philadelpho Garcia  
Ponce de Arruda  
Rachid Mamed  
Saldanha Derzi  
Wilson Martins

Paraná

Accioly Filho  
Antônio Annibelli  
Antônio Baby  
Braga Ramos  
Elias Nacle  
Emílio Gomes  
Fernando Gama  
Hermes Macedo  
Ivan Luz  
Jorge Curi  
José Richa  
Lyrio Bertolli  
Maia Neto  
Mario Gomes  
Miguel Buffara  
Minoro Myamoto  
Newton Carneiro  
Paulo Montans  
Plínio Costa  
Renato Celidônio  
Wilson Chedid  
Zacarias Seleme

Santa Catarina

Albino Zeni  
Antonio Almeida  
Aroldo Carvalho  
Carneiro de Loyola  
Joaquim Ramos  
Laerte Vieira  
Lencir Vargas  
Orlando Bertoll  
Osni Regis  
Paulo Macarini  
Pedro Zimmermann

Rio Grande do Sul

Adílio Viana  
Afonso Anschau  
Antonio Bresolin  
Ary Alcântara  
Brito Velho  
Cesar Prieto  
Cid Furtado  
Clóvis Pestana  
Croacy de Oliveira  
Euclides Triches  
Flóres Soares  
Florêncio Paixão  
Giordano Alves  
Jairo Brum  
José Mandelli  
Lino Braum  
Marcial Terra (M.E.)  
Matheus Schmidt  
Milton Cassel (S.E.)  
Norberto Schmidt  
Osmar Grafuila  
Peracchi Barcelos  
Ruben Alves  
Tarso Dutra  
Unifrio Machado  
Victor Issler  
Zaire Nunes

Amapá

Janary Nunes

Rondônia

Megel Morhy

Roraima

Franisco Elesbão

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

As listas de presença acusam o comparecimento de 49 Srs. Senadores e 332 Srs. Deputados, num total de 391 Srs. Congressistas.

O 1º Secretário lê o seguinte:

Está aberta a sessão, destinada a promulgar a Emenda Constitucional número 18, votada pela manhã por ambas as Casas do Congresso Nacional.

O Senhor 1º Secretário vai proceder à leitura da Emenda Constitucional.

É lida a seguinte:

Emenda Constitucional nº 18

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do artigo 217, § 4º, da Constituição, a seguinte Emenda Constitucional:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º O sistema tributário nacional compõe-se de impostos, taxas e contribuições de melhoria, e é regido pelo disposto nesta Emenda, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal, e, nos limites das respectivas competências, em lei federal, estadual ou municipal.

Art. 2º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — instituir ou majorar tributo sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos nesta Emenda;

II — cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda, com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;

III — estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;

IV — cobrar impostos sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou serviços de Partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar;

d) o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

§ 1º O disposto na letra a do nº IV é extensivo às autarquias, tão-somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

§ 2º O disposto na letra a, do nº IV, não é extensivo aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente no que se refere aos tributos de sua competência, ressalvados os serviços públicos federais concedidos, cuja legislação geral de tributos pode ser instituída pela União, por meio de lei especial e tendo em vista o interesse comum.

Art. 3º É vedado:

I — à União, instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município;

II — aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

Art. 4º Somente a União, em casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios.

## CAPÍTULO II

## Dos Impostos

## Seção I

## Disposições Gerais

Art. 3º Os impostos componentes do sistema tributário nacional são exclusivamente os que constam desta Emenda, com as competências e limitações nela previstas.

Art. 6º Competem:

I — ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios;

II — à União, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados, e, se aqueles não forem divididos em Municípios, cumulativamente os atribuídos a estes.

## Seção II

## Impostos sobre o Comércio Exterior

Art. 7º Compete à União:

I — o imposto sobre a importação de produtos estrangeiros;

II — o imposto sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados.

§ 1º O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo dos impostos a que se refere este artigo, a fim de ajustá-los aos objetivos da política cambial e de comércio exterior.

§ 2º A receita líquida do imposto a que se refere o número II deste artigo destina-se à formação de reservas monetárias, na forma da lei.

## Seção III

## Impostos sobre o Patrimônio e a Renda

Art. 8º Competem à União:

I — o imposto sobre a propriedade territorial rural;

II — o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 9º Compete aos Estados o imposto sobre a transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza ou por acesso física, como, definidos em lei, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.

§ 1º O imposto incide sobre a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos neste artigo.

§ 2º O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos neste artigo, para sua incorporação ao capital de pessoas jurídicas, salvo a daquelas cuja atividade preponderante, como definida em lei complementar, seja a venda ou a locação da propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 3º O imposto compete ao Estado da situação do imóvel sobre que versar a mutação patrimonial, mesmo que esta decorra de sucessão aberta no estrangeiro.

§ 4º A alíquota do imposto não excederá aos limites fixados em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar, e o seu montante será dedutível do devido à União, a título do imposto de que trata o artigo 8º, número II, sobre o provento decorrente da mesma transmissão.

Art. 10. Compete aos Municípios o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

## Seção IV

## Impostos sobre a Produção e a Circulação

Art. 11. Compete à União o imposto sobre produtos industrializados.

Parágrafo único. O imposto é selectivo em função da essencialidade dos produtos, e não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, o montante cobrado nos anteriores.

Art. 12. Compete aos Estados o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por comerciantes, industriais e produtores.

§ 1º A alíquota do imposto é uniforme para todas as mercadorias, não excedendo, nas operações que as destinem a outro Estado, o limite fixado em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar.

§ 2º O imposto é não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, nos termos do disposto em lei complementar, o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou por outro Estado, e não incidirá sobre a venda a varejo, diretamente ao consumidor, de gêneros de primeira necessidade, definidos como tais por ato do Poder Executivo Estadual.

Art. 13. Compete aos Municípios cobrar o imposto referido no artigo anterior, com base na legislação estadual a ele relativa, e por alíquota não superior a 30% (trinta por cento) da instituída pelo Estado.

Parágrafo único. A cobrança prevista neste artigo é limitada às operações ocorridas no território do Município, mas independente da efetiva arrecadação, pelo Estado, do imposto a que se refere o artigo anterior.

Art. 14. Compete à União o imposto:

I — sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários;

II — sobre serviços de transportes e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal.

§ 1º O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, nos casos do número I deste artigo, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política monetária.

§ 2º A receita líquida do imposto, nos casos do número I deste artigo, destina-se à formação de reservas monetárias.

Art. 15. Compete aos Municípios o imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.

Parágrafo único. Lei complementar estabelecerá critérios para distinguir as atividades a que se refere este artigo das previstas no artigo 12.

## Seção V

## Impostos Especiais

Art. 16. Compete à União o imposto sobre:

I — produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de combustíveis e lubrificantes líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza;

II — produção, importação, distribuição ou consumo de energia elétrica;

III — produção, circulação ou consumo de minerais do País.

Parágrafo único. O imposto incide, uma só vez, sobre uma dentre as operações previstas em cada inciso deste artigo e exclui quaisquer outros tributos, sejam quais forem sua natureza ou competência, incidentes sobre aquelas operações.

Art. 17. Compete à União, na iminência ou no caso de guerra externa, instituir, temporariamente, impostos extraordinários, compreendidos ou não na enumeração constante dos artigos 8º e 16, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.

## CAPÍTULO III

## Das Taxas

Art. 18. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, cobrar taxas em função do exercício regular do poder de polícia, ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Parágrafo único. As taxas não terão base de cálculo idêntica à que corresponda a imposto referido nesta Emenda.

## CAPÍTULO IV

## Das Contribuições de Melhoria

Art. 19. Compete à União, aos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, cobrar contribuição de melhoria para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

## CAPÍTULO V

## Das Distribuições de Receitas Tributárias

Art. 20. Serão distribuídos pela União:

I — aos Municípios da localização dos imóveis, o produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 8º, número I;

II — Aos Estados e aos Municípios, o produto da arrecadação, na fonte, do imposto a que se refere o artigo 8º, número II, incidente sobre a renda das obrigações de sua dívida pública e sobre os proventos dos seus servidores e dos de suas autarquias.

Parágrafo único. As autoridades arrecadoras dos tributos a que se refere este artigo farão entrega aos Estados e Municípios das importâncias recebidas correspondentes a estes impostos, a medida em que forem sendo arrecadadas, independentemente de ordem das autoridades superiores, em prazo não maior de trinta dias, a contar da data do recolhimento dos mesmos tributos, sob pena de demissão.

Art. 21. Do produto da arrecadação dos impostos a que se referem o artigo 8º, número II, e o artigo 11, 80% (oitenta por cento) constituem receita da União e o restante distribuir-se-á a razão de 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

§ 1º A aplicação dos Fundos previstos neste artigo será regulada por lei complementar, que cometerá ao Tribunal de Contas da União o cálculo e a autorização do pagamento das quotas a cada entidade participante, independentemente de autorização legislativa ou de qualquer outra formalidade, efetuando-se a entrega, mensalmente, através dos estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 2º Do total recebido nos termos do parágrafo anterior, cada entidade participante destinará obrigatoriamente 50% (cinquenta por cento), pelo menos, ao seu orçamento de capital.

§ 3º Para os efeitos de cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação exclui-se, do produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 8º, número II, a parcela distribuída nos termos do artigo 20, número II.

Art. 22. Sem prejuízo do disposto no artigo 21, os Estados e Municípios que celebrem com a União convênios destinados a assegurar ampla e ef-

ciente coordenação dos respectivos programas de investimentos e serviços públicos, especialmente no campo da política tributária, poderão participar de até 10% (dez por cento) da arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, proveniente do imposto referido no artigo 8º, número II, incidente sobre o rendimento das pessoas físicas, e no artigo 11, excluído o incidente sobre fumo e bebidas alcoólicas.

Art. 23. Do produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 16 serão distribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios 60% (sessenta por cento) do que incidir

sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes e energia elétrica, e 90% (noventa por cento) do que incidir sobre operações relativas a minerais do País.

Parágrafo único. A distribuição prevista neste artigo será regulada em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar, proporcionalmente à superfície e à população das entidades beneficiadas, e à produção e ao consumo, nos respectivos territórios, dos produtos a que se refere o imposto.

Art. 24. A lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal, ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos, de competência da União, cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à arrecadação dos impostos de competência dos Estados, cujo produto estes venham a distribuir, no todo ou em parte, aos respectivos Municípios.

## CAPÍTULO VI

## Disposições Finais e Transitórias

Art. 25. Ressalvado o disposto no artigo 26 e seus parágrafos, ficam revogados ou substituídos pelas disposições desta Emenda o artigo 15 e seus parágrafos, o artigo 16, o artigo 17, o artigo 19 e seus parágrafos, o artigo 21, o § 4º do artigo 26, o artigo 27, o artigo 29 e seu parágrafo único, os números I e II do artigo 30 e seu parágrafo único, o artigo 32, o § 3º do artigo 141, o artigo 202 e o artigo 203 da Constituição, o artigo 5º da Emenda Constitucional número 3, a Emenda Constitucional número 5 e os artigos 2º e 3º da Emenda Constitucional número 10.

Art. 26. Os tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigentes à data da promulgação desta Emenda, salvo o imposto de exportação, poderão continuar a ser cobrados até 31 de dezembro de 1966, devendo, nesse prazo, ser revogados, alterados ou substituídos por outros, na conformidade do disposto nesta Emenda.

§ 1º A lei complementar poderá estabelecer que as alterações e substituições tributárias, na conformidade do disposto nesta Emenda, entrem gradualmente em vigor nos exercícios de 1967, 1968 e 1969.

§ 2º O artigo 20 da Constituição ficará revogado, em relação a cada Estado, na data da entrada em vigor da lei que nele instituir o imposto previsto no artigo 12 desta Emenda.

§ 3º Entrará em vigor a 1º de janeiro do ano seguinte ao da promulgação desta Emenda o disposto no artigo 7º, número II, no seu § 2º, e, quanto ao imposto de exportação, o previsto no seu § 1º.

Art. 27. São extensivos, à Região Amazônica todos os incentivos fiscais, favores creditícios e demais vantagens concedidas pela legislação à Região Nordeste do Brasil.



## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Segundo se lê na exposição de motivos do Ministro da Fazenda, que submeteu ao Presidente da República o projeto, este foi elaborado por uma Comissão, presidida pelo Sr. Luiz Simões Lopes e tendo, além de outros, a participação do Prof. Rubens Gomes de Souza, dos Drs. Gilberto Uíhoa Canto e Gerson Augusto da Silva e de técnicos do Ministério da Fazenda e da Fundação Getúlio Vargas.

Encaminhado ao Congresso Nacional, pelo Presidente da República, com a Mensagem nº 901, de 4 de novembro, foi lido em sessão conjunta de 8 do mesmo mês, quando foi designada Comissão Mista, de onze Se-

nadores e onze Deputados, a qual teve como Presidente o Sr. Senador Guido Mondin, e como relator o Senhor Deputado Raimundo Padilha.

Perante a Comissão foram apresentadas 31 emendas, das quais duas constituíram substitutivos integrais.

A Comissão, em seu Parecer se manifestou favoravelmente ao Projeto e às emendas nºs 4, 7, 10, 11 (em parte), 12 (em parte), 16 (em parte), 22, 26, 27 e 27 e contrariamente às demais.

Em primeiro turno, o Projeto foi aprovado, em ambas as Casas, por maioria absoluta, no dia 25 de novembro, com as emendas de parecer favorável.

Em segundo turno, à base de redação do vencido apresentada pela Co-

missão, a matéria recebeu, esta manhã, a aprovação de ambas as Casas, também por maioria absoluta.

Acha-se, pois, em condições de ser promulgado e acrescentado ao texto da Constituição, como Emenda Constitucional nº 18.

E' a esse ato que se deverá proceder.

Convido para subscrever os autógrafos, em primeiro lugar, o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Nos termos do Art. 217, § 4º da Constituição, declaro promulgada a Emenda Constitucional nº 18. (Pausa.)

Esclareço que desse texto foram preparadas cinco vias de autógrafos:

a primeira para o arquivo do Senado Federal; a segunda para a Câmara dos Deputados; a terceira para o Supremo Tribunal Federal; a quarta para a Presidência da República e, finalmente, a quinta, para o Arquivo Nacional. (Pausa.)

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os Srs. Senadores estão convocados para uma sessão ordinária, às 14,30 horas. Em seguida, ambas as Casas realizarão sessões de encerramento desta trabalhosa sessão legislativa.

Fada mais havendo que tratar, está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 13 horas e 41 minutos.

**PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO**

**PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO**

**PREÇO DASTE SUPLEMENTO Cr\$ 1.**